

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E NEGÓCIOS
NÍVEL MESTRADO**

JORGE LUIZ SOARES

**OS DETERMINANTES DA DEMANDA DE CRÉDITO BANCÁRIO NA
MODALIDADE DE CAPITAL DE GIRO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
NO BRASIL**

Porto Alegre

2021

JORGE LUIZ SOARES

**OS DETERMINANTES DA DEMANDA DE CRÉDITO BANCÁRIO NA
MODALIDADE DE CAPITAL DE GIRO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão e Negócios, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão e Negócios da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. André Filipe Zago de Azevedo

Porto Alegre

2021

S676d

Soares, Jorge Luiz.

Os determinantes da demanda de crédito bancário na modalidade de capital de giro para micro e pequenas empresas no Brasil / por Jorge Luiz Soares. – Porto Alegre, 2021.

79 f.: il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Negócios, Porto Alegre, RS, 2021.

Orientação: Prof. Dr. André Filipe Zago de Azevedo, Escola de Gestão e Negócios.

1. Pequenas e médias empresas – Finanças – Brasil.
2. Créditos – Brasil. 3. Capital de giro. 4. Empréstimos bancários. I. Azevedo, André Filipe Zago de. II. Título.

CDU 658.017.2/.3(81):336
658.153.2

JORGE LUIZ SOARES

**OS DETERMINANTES DA DEMANDA DE CRÉDITO BANCÁRIO NA
MODALIDADE DE CAPITAL DE GIRO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão e Negócios, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão e Negócios da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 16 / 08/ 2021

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. André Filipe Zago de Azevedo – UNISINOS

Prof. Dr. João Zani – UNISINOS

Prof. Dr. Luís Felipe Maldaner – UNISINOS

Prof. Dr. Paulo Feistel – UFSM

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final de uma dissertação de mestrado não é uma tarefa fácil, exige determinação, paciência, dedicação, muito apoio e auxílio. Esse apoio e auxílio ocorreram de diversas formas e tiveram diversas origens, o que me leva a agradecer todos aqueles que me acompanharam durante essa realização.

Primeiramente agradecer a Deus por me possibilitar a realização desse sonho, a minha família, minha esposa Alexia pelo apoio, exemplo e amor, aos meus filhos Alice, Aline e Lucas pela compreensão e amor incondicional, aos meus pais Blondino e Amélia pela criação e pelo exemplo, os quais mesmo diante das muitas dificuldades impostas pela vida mantiveram sempre a família unida e criaram os filhos com amor, as minhas irmãs Elaine, Juliane e Daniele pelo carinho e incentivo, aos meus sogros Ademar e Cilda, a cunhada Vanice e aos cunhados Tiago e Alessandro.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. André Filipe Zago de Azevedo, por todas as suas contribuições, disponibilidade de tempo e segurança proporcionada para a realização do trabalho. A todos os professores do programa de mestrado profissional em gestão e negócios e aos colegas de curso pela convivência, ensinamentos e trocas de experiências no decorrer do curso.

Agradeço aos colegas do Banco do Brasil que contribuíram muito na realização do trabalho, pois suas participações nas entrevistas foram fundamentais. Aos meus colegas de agência, pelo apoio e compreensão.

Ao Banco do Brasil pela bolsa de estudos a qual ajudou a custear a minha participação no mestrado profissional, além de permitir a minha participação em muitas aulas que coincidiam com o horário de trabalho.

O meu agradecimento e gratidão a todos vocês!

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo identificar os principais determinantes da demanda de crédito bancário na modalidade capital de giro, para as micro e pequenas empresas no Brasil. O estudo é de natureza qualitativa e abordagem exploratória, com utilização de revisão de literatura teórica e entrevista qualitativa semiestruturada, realizada com especialistas do sistema financeiro, com análise de conteúdo. Os principais resultados encontrados indicam que os determinantes do crédito bancário encontrados na literatura também são indicados pelos respondentes como sendo relevantes para as micro e pequenas empresas, com destaque para as taxas de juros secundárias, Selic e inflação, que têm relação negativa com a demanda de crédito na modalidade capital de giro por parte das MPEs. Já o crédito, PIB, duração da operação e porte da empresa têm relação positiva. Além dos indicadores identificados na literatura, os respondentes fizeram referência a mais três determinantes, sendo que consumo e confiança dos empresários apresentaram relação positiva com a demanda de crédito na modalidade capital de giro para as MPEs e a formação ou preparo dos empresários, indicado pelos respondentes como tendo relação negativa.

Palavras-chave: Demanda de crédito. Crédito bancário. Micro e pequenas empresas. Demanda de capital de giro.

ABSTRACT

This work aimed to identify the main determinants of the demand for bank credit in working capital modality for micro and small companies in Brazil. The study has a qualitative nature and an exploratory approach, using a theoretical literature review and a semi-structured qualitative interview, conducted with experts from financial system, with content analysis. The main results found indicate that the determinants of bank credit found in literature are also indicated by the respondents as being relevant for micro and small companies, with emphasis on the secondary interest rates, Selic and inflation, which have a negative relationship with credit demand in working capital modality by MSEs. Credit, GDP, operation duration and company size have a positive connection. In addition to identified indicators in literature, respondents made reference to three more determinants, with entrepreneurs' consumption and confidence having a positive link with credit demand in working capital modality for MSEs, also entrepreneurs' education or preparation were indicated by the respondents as having a negative connection.

Keywords: Credit demand. Bank credit. Micro and small companies. Working capital demand.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Problema	10
1.2 Objetivos	11
1.2.1 Objetivo geral	11
1.2.2 Objetivos específicos.....	11
1.3 Justificativa	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 A definição e relevância das micro e pequenas empresas	14
2.2 Evolução do crédito	18
2.3 MPE – Condições de acesso ao crédito	22
2.4 Determinantes do crédito	25
3 METODOLOGIA	31
3.1 Procedimentos metodológicos	31
3.2 Definição da população-alvo e sujeitos da pesquisa	32
3.3 Procedimentos de coleta de dados	34
3.4 Procedimentos de análise de dados	35
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	37
4.1 Percepção sobre a evolução do crédito para as MPEs no Brasil	37
4.2 Importância do crédito para o melhor funcionamento da economia nacional	40
4.3 Diferenças na concessão de crédito em razão de alguma característica específica da empresa	41
4.4 Dificuldade de acesso ao crédito das MPES em comparação com empresas de maior porte	43
4.5 Tipos de crédito mais demandados pelas MPEs	45
4.6 Motivos para uso de capital de giro pelas MPES	45
4.7 Percentual de operações de capital de giro, demandado pelas MPEs, que são atendidos	47
4.8 Maiores dificuldades para a concessão de crédito para as MPEs	48
4.9 Aspectos que determinam uma maior demanda de crédito por parte das MPES	50
4.10 Determinantes da demanda de crédito	53

4.11 Quadro resumo dos determinantes da demanda de crédito	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS.....	61
ANEXO A – QUESTIONÁRIO.....	66
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE....	69
ANEXO C – QUADRO SÍNTESE DE REVISÃO DE LITERATURA.....	70

1 INTRODUÇÃO

O principal objetivo dos bancos é captar recursos de agentes superavitários e emprestar esses recursos a agentes deficitários; com isso, possibilitam uma maior eficiência da economia, pois se todo o empréstimo dependesse do encontro direto desses agentes, a quantidade de transações seria muito menor. Ao longo do tempo, como destaca Chick (1994), com a confiança dos banqueiros de que nem todos os depositantes resgatariam seus valores ao mesmo tempo, criou-se a figura do multiplicador monetário, onde as instituições emprestam valores bem superiores aos encontrados em suas tesourarias, mantendo reservas de segurança para o caso de necessidade e por questões legais.

No Brasil, o mercado de crédito tomou um impulso significativo após as mudanças na economia com o Plano Real, o que possibilitou o controle da inflação e uma maior previsibilidade a médio e longo prazo. Com isso, as empresas e as famílias puderam buscar investimentos com perfis de prazos maiores, conforme salientado por Mendonça e Sachsida (2013), o que possibilitou um aumento significativo do crédito nos anos que se seguiram. Apesar do volume significativo de crédito na economia, no Brasil, poucos bancos têm dominado o mercado. Conforme relatório de economia bancária de 2018, emitido pelo Bacen, as cinco maiores instituições bancárias concentravam mais de 80% das operações de crédito bancário. Houve uma pequena redução dessa concentração, ano a ano, a partir de 2016.

Essa pequena redução de concentração no período referido se deve ao crescimento principalmente de algumas cooperativas de crédito com atuação mais regionalizada que ganharam terreno, e ao surgimento de muitas *fintechs* no período, conforme apresentado no Relatório de Economia Bancária do BCB (2018). De acordo com Argolo et al. (2019), as *fintechs* trabalham sem agências físicas e com suas operações realizadas remotamente via tecnologia da informação, utilizando de meios mais ágeis e com menores custos de operação, possibilitando que essas empresas alterem a dinâmica desse ainda concentrado mercado brasileiro de crédito.

Apesar do aumento da quantidade dos agentes de crédito no Brasil, o estoque de crédito apresentou redução no período de 2016 a 2018. O responsável por essa redução foi o segmento de empresas, pois, no segmento de pessoas físicas, o volume continuou crescente. Essa redução no volume total de crédito ocorreu em um momento em que a economia brasileira passava por uma profunda recessão,

conforme informações do Banco Central do Brasil (BCB), no Relatório de Economia Bancária de 2018.

Com a redução do estoque de crédito para o segmento de empresas e o aumento da concorrência no setor de crédito, maior é a relevância da identificação dos principais determinantes da demanda de crédito para as empresas no Brasil, principalmente no segmento de micro e pequenas empresas. Entender os determinantes tratados na literatura e confrontar com o entendimento de especialistas de mercado pode auxiliar na mensuração da sensibilidade nas linhas de crédito, bem como na identificação das alterações nos riscos envolvidos. Tais riscos são influenciados, como destaca Moraes (2006), por uma série de fatores, tais como falhas de mercado, morosidade na legislação processual de cobrança judicial e *spreads* elevados. Em relação especificamente às micro e pequenas empresas, entre as falhas e vulnerabilidades identificadas, destacam-se a informalidade, a deficiência de registros contábeis, bem como o alto custo financeiro a baixa capacidade de fornecer garantias, dentre outras.

Identificou-se na literatura, como os principais determinantes da demanda de crédito, a taxa de juros, a duração da operação ou prazo, taxa de inflação, taxa de desemprego, crédito, PIB e Selic, citados por autores como Koyama (2007), Attanasio et al. (2008), Alan et al. (2012), Silveira (2013), Silva e Moraes (2013), Balaguera e Diaz (2014), Brasil (2016) e Negri et al. (2019). Em estudos realizados somente com empresas, o determinante relacionado ao tamanho ou porte da empresa recebeu destaque e foi citado por autores como Balaguera e Diaz (2014) e Negri et al. (2019).

Apesar da quantidade relevante de estudos que tratam da demanda de crédito bancário no Brasil, não foram identificados estudos específicos sobre os determinantes da demanda de capital de giro para micro e pequenas empresas, e mesmo quando pesquisado de forma mais ampla sobre os determinantes da demanda de crédito bancário para as MPEs, envolvendo qualquer tipo de crédito, a dificuldade permaneceu. Dos trabalhos citados acima, os quais foram vistos com mais profundidade no capítulo de revisão bibliográfica, mesmo os que tratam de empresas, tratam de forma mais ampla, incluindo desde as micro até as grandes empresas, sem muita distinção.

As condições de acesso ao crédito por MPEs, ou dificuldades para a obtenção, também foram analisadas pela relevância e complementariedade para o estudo. Como principais dificultadores, tanto para o Brasil quanto para outros países, foram

apresentados nos trabalhos de Pezzi (2005), Morais (2005), Zica et al. (2006), Matias (2009), Flores et al. (2013), Aoki e Badalotti (2014), Wernke et al. (2017), Pimenta e Silva (2017), Correia (2018), Alfazema (2019), questões como a assimetria de informações, o baixo nível de garantias disponíveis, o alto custo financeiro para a obtenção do crédito, a instabilidade econômica no país e a incerteza quanto ao futuro da empresa dentro desse contexto.

Esse estudo é composto por cinco capítulos. O primeiro deles é a introdução, a qual apresenta uma breve contextualização, o problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos e a justificativa para realização do estudo. O segundo capítulo apresenta uma revisão de literatura, com o intuito de dar sustentação teórica a todo o andamento do trabalho, composto por estudos vinculados à definição e relevância das MPEs, à evolução do crédito, às condições de acesso ao crédito para as MPEs e aos determinantes do crédito bancário. O capítulo três apresenta a metodologia utilizada nesse estudo, de natureza qualitativa e abordagem exploratória, com realização de entrevista semiestruturada, com especialistas do sistema financeiro, sendo que foram considerados como especialistas gerentes gerais de agências especializadas no atendimento a MPEs, que trabalham no estado do Rio Grande do Sul, vinculados a um grande banco de varejo com atuação nacional. No capítulo quatro são apresentados os resultados encontrados, a partir das entrevistas, relacionando-os com a literatura sobre o tema, enquanto no capítulo cinco são feitas as considerações finais, relativas ao que foi visto no decorrer do estudo.

1.1 Problema

Quando estabelecida uma linha do tempo da evolução do crédito no Brasil, apesar da desaceleração no crescimento do crédito, nos anos de 2015 a 2017, em função da crise de 2015 e 2016, observa-se um aumento bastante significativo em comparação ao PIB, principalmente se usarmos como parâmetro o período de 2000 até 2019. Foram identificados muitos trabalhos que tratam dos determinantes da demanda e da oferta de crédito bancário; no entanto, a maioria dos estudos sobre o assunto tratam do crédito de uma forma geral. Mesmo considerando os trabalhos que segmentam os estudos e tratam das empresas, pouco foi identificado a respeito dos determinantes da demanda para as MPEs. Mesmo quando os estudos abrangem também esse segmento, em sua maioria, a análise é efetuada de maneira agregada,

sem diferenciar as micro e pequenas das grandes empresas, as quais normalmente têm acesso a outros tipos de financiamento, por seu porte e poderio econômico, tornando o comportamento creditício bastante distinto das MPEs. Com essas observações, estabeleceu-se que, neste trabalho, será examinada a demanda por crédito de capital de giro por parte das MPEs.

Portanto, esse estudo busca responder a seguinte questão de pesquisa: quais são os principais determinantes da demanda de crédito, na modalidade capital de giro, para micro e pequenas empresas no Brasil?

1.2 Objetivos

Para respondermos ao problema de pesquisa, foi estabelecido o objetivo geral citado abaixo.

1.2.1 Objetivo geral

Identificar e analisar os principais determinantes da demanda por crédito, na modalidade capital de giro, para micro e pequenas empresas no Brasil.

1.2.2 Objetivos específicos

Para cumprir o objetivo geral, a pesquisa foi dividida em cinco etapas ou objetivos específicos, os quais descrevemos como:

- a) Estabelecer a definição de micro e pequenas empresas, bem como a sua relevância para a economia nacional;
- b) Analisar a evolução recente do crédito bancário no mercado brasileiro, com ênfase nas micro e pequenas empresas;
- c) Identificar as principais dificuldades de acesso ao crédito para as MPEs no Brasil;
- d) Identificar os principais componentes da demanda de crédito bancário para micro e pequenas empresas no Brasil por meio de revisão de literatura e de entrevistas com especialistas;

- e) Comparar a literatura teórica com a experiência de profissionais do sistema financeiro sobre os determinantes do crédito das micro e pequenas empresas no Brasil na modalidade de capital de giro.

1.3 Justificativa

Esse trabalho foi justificado, tanto por conta da importância das MPEs para a economia nacional, quanto da relevância como negócio para as instituições financeiras. Pelo lado da importância para a economia nacional, tanto em questão de emprego quanto de renda, as MPEs representam 99% dos negócios no Brasil, bem como são responsáveis por 30% do PIB e 55% dos empregos no país, conforme publicação do Ministério da Economia¹. Entender o que influencia a demanda desse segmento pode auxiliar na melhoria de condições do crédito, além de impulsionar o seu crescimento. Pelo lado das instituições financeiras, foram verificadas muitas alterações nos últimos anos. Ocorreram alternâncias no volume de crédito ofertado e demandado, variando de momentos de grande crescimento, como o verificado até o final de 2014, a retração ocorrida até o final de 2017 e a recente recuperação ocorrida a partir de 2018. Dado esse recente aumento da oferta e demanda de crédito na economia brasileira, a elevação da concorrência devido à inserção de *fintechs* e cooperativas de crédito e da importância desse novo cenário para os resultados das instituições financeiras, a antecipação de movimentos futuros da demanda de crédito se torna informação relevante no planejamento da indústria financeira.

Além disso, o mercado de empresas, em especial o de micro e pequenas, enfrenta uma série de falhas que afetam o sistema de crédito. Moraes (2006) cita como principais dificuldades do mercado de crédito para as micro e pequenas empresas: a morosidade na legislação processual de cobrança judicial, que desestimula as instituições a ofertarem crédito ao segmento, ou eleva significativamente o valor da taxa de juros cobrada; a necessidade de financiamento da dívida pública federal, que concorre diretamente ao capital disponível para empréstimo; a baixa capacidade de fornecer garantias das MPEs; dentre outros.

O tema escolhido enfrenta escassez de trabalhos que examinem os determinantes da demanda de crédito para as micro e pequenas empresas, o que foi

¹ Fonte: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/outubro/governo-destaca-papel-da-micro-e-pequena-empresa-para-a-economia-do-pais>.

efetuado neste estudo. A maioria dos trabalhos disponíveis para consulta apresentam estudos mais gerais, abrangendo todo o crédito, ou, quando tratam das empresas, apresentam de forma agregada desde as microempresas até empresas de grande porte como sendo um público único.

Assim, identificar o que move o comportamento do crédito bancário das empresas, especificamente capital de giro para o segmento de micro e pequenas empresas, é um aspecto importante na definição da estratégia corporativa dos bancos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

No capítulo de revisão de literatura foram examinados artigos nacionais, internacionais, dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em sites, como o do Banco Central do Brasil (BACEN), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e outros especializados que estudaram ou trataram de questões relevantes para o estudo que foi desenvolvido. Neste capítulo foram estudadas a definição e a relevância das MPEs, as condições de acesso ao crédito para as MPEs, os determinantes da demanda de crédito e do histórico da evolução do crédito no Brasil.

2.1 A definição e relevância das micro e pequenas empresas

No Brasil, utilizam-se mais de uma tipologia para classificação do porte das empresas. As mais utilizadas são duas: a do BNDES e a do Sebrae. A utilizada pelo BNDES, a qual é baseada no Estatuto Nacional da Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte², é uma metodologia na qual a base para a classificação das empresas é a receita bruta anual ou ROB, enquanto na do Sebrae a classificação é efetuada utilizando o número de empregados de cada empresa, conforme demonstrado na tabela 1. Nesse estudo, utilizaremos a classificação empregada pelo BNDES como base para diferenciação do porte das empresas, pois, além de utilizar parâmetros baseados no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, também é a mais utilizada no setor bancário, inclusive nas estatísticas divulgadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Esse estudo utilizará como base as micro e pequenas empresas, o que se justifica quando observamos os dados divulgados no site do BNDES, conforme demonstrado na tabela 2.

² O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte foi estabelecido pela lei 123/2006 e republicado em atendimento ao disposto no artigo 5º da lei complementar 139/2011. Tem como objetivo regulamentar o tratamento favorecido, simplificado e diferenciado a esse setor, conforme disposto na constituição federal. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento e a competitividade das MPEs como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia. Adota a classificação de empresas com base na receita bruta anual, considerando Microempreendedor Individual com renda de até R\$81.000,00, Microempresa com receita bruta anual acima de R\$81.000,00 até R\$360.000,00, e Empresa de Pequeno Porte empresas com faturamento bruto anual acima de R\$360.000,00 e inferior a R\$4.800.000,00.

Tabela 1 – Classificação de empresas por porte

Porte	BNDES	Sebrae (indústria)	Sebrae (comércio e serviços)
Micro	ROB ≤ R\$ 360 mil	Até 19 empregados	Até 9 empregados
Pequena	R\$360 mil < ROB ≤ R\$ 4,8 milhões	De 20 a 99 empregados	De 10 a 49 empregados
Média	R\$ 4,8 milhões < ROB ≤ R\$ 300 milhões	De 100 a 499 empregados	De 50 a 99 empregados
Grande	ROB > R\$ 300 milhões	500 ou mais empregados	100 ou mais empregados

Fonte: BNDES (2020).

Quando utilizamos a metodologia do BNDES, fica identificado que, no Brasil, em torno de 84% das empresas são micro ou pequenas – número esse que é ainda maior quando o parâmetro utilizado é a base para classificação do Sebrae, chegando a 97%, conforme dados consultados no site do BNDES, os quais estão demonstrados na tabela 2.

Tabela 2 – Quantidade de empresas por porte

Faturamento Presumido			SEBRAE	
Porte	Nº de empresas	%	Nº de empresas	%
Micro	386.365	14,1	2.286.962	83,7
Pequena	1.910.867	69,9	373.514	13,7
Média	201.748	7,4	38.905	1,4
Grande	3.278	0,1	33.593	1,2
Outros³	230.716	8,4	-	0,0

Fonte: BNDES (2020).

O estudo das micro e pequenas empresas no Brasil é de suma relevância, como ressalta o SEBRAE que, em estudo realizado em parceria com a FGV, identificou que, em 2011, 27% do PIB brasileiro estava nas micro e pequenas

³ Pessoas jurídicas para as quais não foi possível estimar o faturamento presumido.

empresas. O SEBRAE, em seu Boletim de Estudos e Pesquisas, divulgado em dezembro de 2017⁴, ainda reforçou que as micro e pequenas empresas correspondiam a 44% da massa salarial brasileira no ano de 2015. Ressaltando a importância das micro e pequenas empresas para a economia brasileira, em publicação do Ministério da Economia⁵ em outubro de 2020, essa importância fica mais evidente, pois é possível observar a progressão desses números. Nessa publicação, o Ministério ressalta que, naquele momento, as MPEs representavam 99% dos negócios brasileiros, com participação de 30% no PIB, além de serem responsáveis por 55% dos empregos do país.

As micro e pequenas empresas fazem baixa utilização de crédito de terceiros para alavancar seus negócios – situação que eventualmente poderia alterar o cenário econômico brasileiro. Em pesquisa realizada pelo SEBRAE, intitulada Financiamento dos Pequenos Negócios e divulgada em junho de 2019, dos entrevistados por aquela instituição apenas 18% afirmaram que haviam procurado por crédito nos últimos seis meses e, destas, a maior parte das empresas ainda eram empresas de pequeno porte, representando 25%, sendo que, nos demais segmentos, os microempreendedores individuais representavam 11% e as microempresas 22%. Este estudo ainda apresentou a percepção dos empreendedores sobre uma das maiores dificuldades para obtenção de recursos que, segundo eles, eram os altos custos das taxas de juros, onde 44% dos entrevistados em 2019 tiveram essa resposta. Ainda segundo este mesmo estudo, as linhas mais utilizadas referiam-se a giro da empresa, como: cartão de crédito e pagamento a fornecedores. Além disso, os empreendedores ainda afirmaram que estavam pagando com cheques pré-datados 22% deles, bem como 19% estavam utilizando o cheque especial.

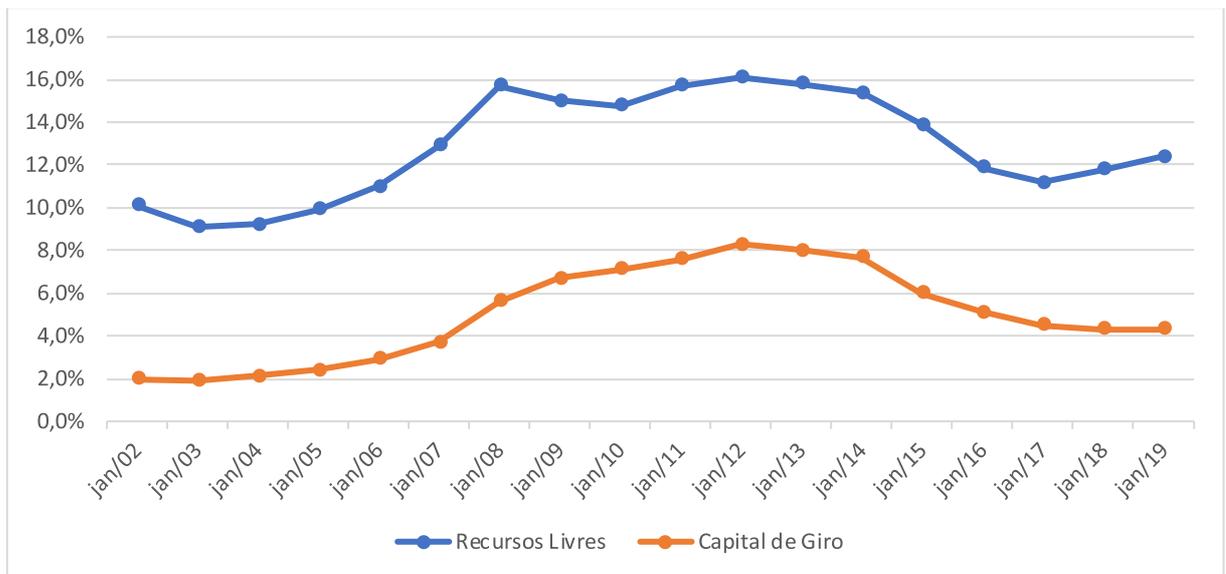
A razão para a utilização das linhas de capital de giro no estudo fica demonstrada no Gráfico 1, que apresenta a evolução do crédito para empresas, com recursos livres e a evolução do capital de giro – ambos em percentual do Produto Interno Bruto (PIB). No período de janeiro de 2002 a janeiro de 2019, quando comparamos as duas linhas do gráfico, observamos que, enquanto o crédito livre aumentou de 10,1% do PIB para 12,4% – evolução percentual de 20,77% –, as linhas de capital de giro com recursos livres mais que dobraram, subindo de 2% do PIB em

⁴ No site: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/03/Boletim-Estudos-e-Pesquisas-12-2017.pdf>

⁵ Fonte: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/outubro/governo-destaca-papel-da-micro-e-pequena-empresa-para-a-economia-do-pais>. Acesso em 29 de abril de 2021.

2002 para 4,3% em 2019. No período de janeiro de 2011 a janeiro de 2014, manteve-se em patamares superiores a 7,6%, chegando em seu ponto mais alto no ano de 2012, onde representava 8,3% do PIB – uma elevação de 315% quando comparada a 2002.

Gráfico 1 – Evolução do Crédito PJ – Recursos Livres e Capital de Giro (dezembro de 2002 a dezembro de 2019)



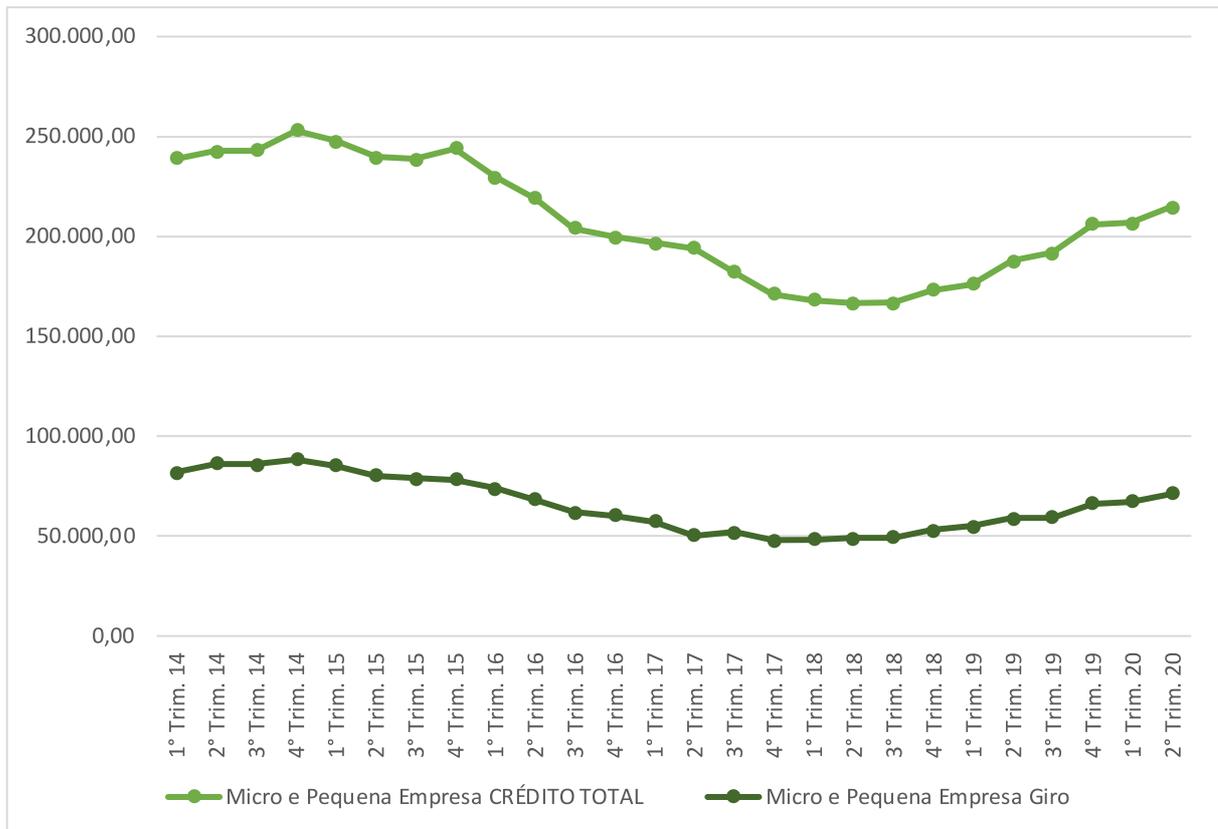
Em % do PIB.

Fonte: BACEN (2020).

O Gráfico 2 apresenta um comparativo entre o estoque de crédito total – envolvendo todas as linhas de crédito para as micro e pequenas empresas, tais como linhas de investimento, linhas de comércio exterior, linhas de capital de giro e outras – e a separação da fatia que representa apenas o capital de giro para esse público. As linhas de capital de giro, que no final do primeiro trimestre de 2014 representavam 34,28% do crédito total, durante a crise dos anos seguintes chegou a reduzir sua representatividade para 28,76%, e recuperou espaço nos anos seguintes, chegando a 32,54% no final do primeiro trimestre de 2020. Conforme Flores et al. (2013), as linhas de capital de giro são fundamentais para a continuidade das operações das MPEs, sendo os recursos empregados na compra de mercadorias, matéria prima, estoques, despesas administrativas, dentre outros.

Gráfico 2 – Relação Crédito Total e Giro Para Micro e Pequenas Empresas PJ

Valores em Milhões de Reais.



Fonte: BACEN (2020).

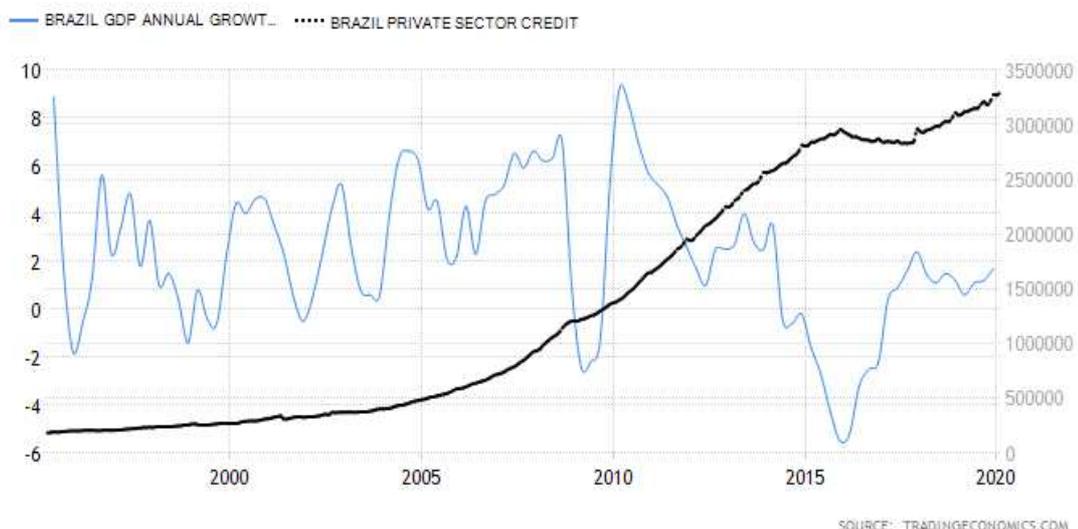
2.2 Evolução do crédito

O mercado de crédito brasileiro é um mercado complexo e com muitos intervenientes, onde atuam grandes bancos privados e públicos, cooperativas de crédito, instituições bancárias de médio porte, além de muitas *fintechs*. Embora esteja relativamente estagnado nos últimos anos, em grande parte devido à maior recessão da história da economia brasileira no período 2015-16, houve um grande aumento do crédito se comparado com o início dos anos 2000.

O Gráfico 3 mostra o comparativo entre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o crescimento do crédito para o setor privado no Brasil nos últimos 25 anos, ou seja, desde o início do Plano Real. É possível perceber que, embora o PIB tenha mostrado uma grande oscilação no período, houve uma tendência nítida de expansão do crédito, especialmente a partir do início dos anos 2000.

Em função da maior previsibilidade da economia, ocasionada pelo Plano Real, linhas como o crédito imobiliário para as pessoas físicas e financiamentos de investimento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as empresas, tomaram impulso bastante significativo nos anos 2000, principalmente após 2008, quando o incentivo à utilização dessas linhas serviu como medida contracíclica pelo governo federal, com o intuito de amenizar o impacto da crise econômica mundial, ocasionada pela bolha imobiliária americana. Podemos observar no Gráfico 3 os argumentos apresentados acima, com um movimento de aceleração do crescimento no volume de crédito ao setor privado a partir de 2008, permanecendo elevado nos anos seguintes, diferente do que ocorreu com o Produto Interno Bruto do Brasil, que apresentou bastante variação a partir daquele ano, quebrando um ciclo de crescimento de quase uma década, com variações entre crescimentos negativos e positivos nos anos seguintes, sem apresentar um crescimento acumulado significativo até o ano de 2018.

Gráfico 3 – Evolução do PIB (em %) e do Crédito para o Setor Privado (R\$ mil)



Fonte: <https://pt.tradingeconomics.com/brazil/gdp-growth-annual>.

Embora tenha ocorrido uma suave redução da relação crédito/PIB no período 2016-2018, como mostra a Tabela 3, ela ainda chegava a 47,8% em 2018, um patamar muito superior ao observado no início dos anos 2000. Nota-se também que a queda se concentrou no segmento pessoa jurídica, enquanto houve elevação no segmento pessoa física nesse período mais recente. E, em 2018, ambos os segmentos apresentaram elevação, novamente com destaque para pessoas físicas,

com expansão de 8,6%. Na pessoa jurídica, observamos uma elevação percentual bastante significativa quando falamos de empréstimos com recursos livres no ano de 2018, com uma inversão dos decréscimos apresentados nos anos de 2016 e 2017. No entanto, quando analisamos empréstimos com recursos controlados para empresas, não encontramos a mesma elevação, continuando a tendência de queda nos valores emprestados, de acordo com o que foi visto também nos anos anteriores. Apesar da elevação bastante significativa nos empréstimos com recursos livres para as empresas, e de ocorrer elevação do crédito total para pessoas jurídicas, a inversão não foi mais significativa pela manutenção da queda acentuada no total de empréstimos, com recursos controlados para esse público. Segundo o Relatório de Economia Bancária 2018 do BCB, a redução dos empréstimos com recursos controlados ocorre principalmente pela elevação das taxas de juros aplicadas a linhas que utilizam esses recursos, deixando-as em pé de igualdade com linhas que utilizam recursos livres – fato que levou algumas empresas que têm acesso a outros instrumentos de financiamento corporativo, principalmente as de maior porte, a utilizar alternativas como empréstimos no exterior, captação no mercado de capitais, dentre outras.

Tabela 3 – Evolução do Crédito no Brasil

Discriminação	R\$ bilhões			Variação %		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Total	3.105,5	3.085,6	3.260,2	-3,5	-0,6	5,7
Recursos livres	1.554,6	1.580,0	1.759,2	-5,0	1,6	11,3
P. jurídicas	749,1	732,5	816,0	-10,2	-2,2	11,4
P. físicas	805,5	847,5	943,2	0,4	5,2	11,3
Recursos direcionados	1.550,9	1.505,7	1.500,9	-2,1	-2,9	-0,3
P. jurídicas	795,8	704,5	653,2	-8,9	-11,5	-7,3
P. físicas	755,1	801,1	847,8	6,3	6,1	5,8
P. jurídicas	1.544,9	1.437,0	1.469,2	-9,5	-7,0	2,2
P. físicas	1.560,7	1.648,6	1.791,0	3,2	5,6	8,6
	Participação %			Variação p.p.		
Total/PIB	49,6	47,1	47,8	-4,1	-2,5	0,7

Fonte: Relatório de Economia Bancária (2018) – Banco Central do Brasil.

Uma característica marcante do crédito bancário no Brasil é o seu elevado grau de concentração em poucas instituições financeiras. As operações de crédito no segmento bancário, de acordo com o RC5⁶, como consta na Tabela 4, concentrava 84,8% de suas operações em apenas cinco instituições financeiras em 2018, embora tenha ocorrido uma pequena queda entre 2016 e 2018. Essa diminuição da concentração vem ocorrendo principalmente pelo crescimento das cooperativas de crédito nos últimos anos. Apesar da diminuição do número de instituições em funcionamento, não representa uma perda de espaço, e sim um movimento de fusões e incorporações, conforme Relatório de Economia Bancária do BCB (2018), que tem proporcionado ganho de musculatura e organização, possibilitando ampliação da atuação dessas instituições. O índice de *Herfindahl-Hirschman* (IHHn), apresentado também na Tabela 4, demonstra uma concentração moderada, mas também elevada, de acordo com os valores apresentados nos anos de 2016, 2017 e 2018. Assim como no RC5, o IHHn⁷ vem apresentando pequena variação no sentido de diminuição da concentração no mercado de crédito bancário.

⁶ Razão de Concentração dos Cinco Maiores (RC5) participantes nos agregados contábeis ativos totais, operações de crédito e depósitos totais no Brasil. Fonte: Relatório de Economia Bancária (2018).

⁷ O índice de *Herfindahl-Hirschman* (IHH) é utilizado pelas autoridades nacionais e internacionais de defesa da concorrência como instrumento acessório na avaliação de níveis de concentração econômica. Em sua versão normalizada, o IHHn, o índice é obtido pelo somatório do quadrado da participação na forma decimal de cada instituição financeira (IF) no mercado considerado: $IHHn = (IF1)^2 + (IF2)^2 + \dots + (IFj)^2$, resultando num número entre zero e um. Baseado no Guia para Análise de Atos de Concentração, divulgado pelo Comunicado nº 22.366, de 27 de abril de 2012, o BCB considera que mercados que registram valores correspondentes ao IHHn situados entre 0 e 0,1000 são considerados de baixa concentração; acima de 0,1000 até 0,1800, de moderada concentração; e acima de 0,1800 até 1, de elevada concentração. Fonte: Relatório de Economia Bancária (2018).

Tabela 4 - Síntese dos indicadores de concentração das séries temporais

Indicadores	Segmento bancário e não bancário			Segmento bancário			Segmento bancário comercial		
	dez/16	dez/17	dez/18	dez/16	dez/17	dez/18	dez/16	dez/17	dez/18
Ativo Total									
IHHn	0,1149	0,1139	0,1089	0,1398	0,1396	0,1333	0,1452	0,1449	0,1389
RC5	71,2%	70,8%	69,3%	81,2%	81,1%	79,5%	82,7%	82,6%	81,2%
Equivalente do IHHn ⁸	8,7	8,8	9,2	7,2	7,2	7,5	6,9	6,9	7,2
Depósito Total									
IHHn	0,1544	0,1411	0,1297	0,1710	0,1566	0,1447	0,174	0,1593	0,1479
RC5	81,3%	80,0%	78,4%	85,6%	84,3%	82,9%	86,4%	85,0%	83,8%
Equivalente do IHHn	6,5	7,1	7,7	5,8	6,4	6,9	5,7	6,3	6,8
Operações de Crédito									
IHHn	0,1291	0,1276	0,1205	0,1629	0,1614	0,153	0,1723	0,1708	0,163
RC5	74,3%	73,0%	70,9%	83,3%	83,4%	82,2%	85,7%	85,8%	84,8%
Equivalente do IHHn	7,7	7,8	8,3	6,1	6,2	6,5	5,8	5,9	6,1

Fonte: Relatório de Economia Bancária (2018) – Banco Central do Brasil.

2.3 MPE – Condições de acesso ao crédito

Para estudar os determinantes da demanda de crédito por parte das MPEs no Brasil, primeiro é necessário um entendimento sobre as condições de crédito para esse público.

⁸ Número de instituições financeiras (IFs), com participação idêntica no mercado, que geraria o mesmo IHHn observado, i.e., $IHHn = 1/\eta$. Por exemplo, um equivalente número IHHn igual a 7 indica que o IHHn observado seria $IHHn = 1/7$. Portanto, quanto maior a concentração, maior o IHHn e menor o equivalente número IHHn. Fonte: Relatório de Economia Bancária (2018).

Quadro 1 - Condições de Acesso ao Crédito - Dificultadores

Dificultadores	Referências
Dificuldade de informações contábeis confiáveis	Pezzi (2005) Morais (2005) Matias (2009) Correia (2018) Alfazema (2019)
Alto custo financeiro do crédito (taxa de juros)	Zica et al. (2006) Wenke et al. (2017) Pimenta e Silva (2017) Correia (2018)
Dificuldade de apresentar garantias	Pezzi (2005) Correia (2018) Alfazema (2019)
Assimetria de informações	Morais (2005)
Utilização modelos <i>Credit scoring</i>	Morais (2005)
Custo elevado de recuperação garantias	Zica et al. (2006)
Vulnerabilidade financeira das MPEs	Matias (2009)
Instabilidade econômica do país	Wenke et al. (2017)
Incerteza quanto ao futuro da empresa	Wenke et al. (2017)
Limite de crédito disponível	Pimenta e Silva (2017)
Prazo dos empréstimos	Pimenta e Silva (2017)
Burocracia	Pimenta e Silva (2017)
Falta de apoio do Estado	Correia (2018)
Reduzido poder negocial	Alfazema (2019)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

No Quadro 1 são apresentados alguns itens, encontrados em estudos anteriores, como dificultadores do acesso ao crédito bancário para as micro e pequenas empresas.

Dentre esses estudos, podemos citar Pezzi (2005), que buscou analisar as condições de acesso ao crédito por parte das MPEs no Brasil, no período pós Plano Real. Nesse estudo, fez referência a fortes evidências encontradas de que as MPEs tiveram pouco acesso ao mercado de crédito no período. Muitas dessas restrições ocorreram em função das dificuldades, por parte das instituições financeiras, de obtenção de informações confiáveis a respeito das MPEs. Ao realizar seu estudo, Morais (2005) se deparou com condição semelhante, ao realizar pesquisa análoga, com foco nos dificultadores do acesso ao crédito para as pequenas empresas no Brasil. Porém foram a assimetria das informações e a utilização da metodologia de *credit scoring* por parte das instituições bancárias os encontrados pelo autor, relatando

que os mesmos ocorriam em função da dificuldade de obtenção de informações confiáveis a respeito das empresas.

Ao realizarem estudos semelhantes em Portugal, Matias (2009) e Correia (2018) encontraram resultados parecidos, principalmente na dificuldade de obtenção das informações a respeito das MPEs ou fragilidade das informações como os principais dificultadores para a concretização do processo de crédito. Matias (2009) também relatou a vulnerabilidade financeira dessas empresas como muito relevante, e Correia (2018) encontrou, como barreiras muito relevantes, a sobrecarga imposta pelas instituições financeiras, por intermédio de altas taxas de juros e quantidade de garantias exigidas das empresas, além da falta de apoio por parte do estado.

As altas taxas de juros para a obtenção dos empréstimos no Brasil apareceram como barreira ou dificultador para o acesso ao crédito nos estudos de Zica et al. (2006), Wernke et al. (2017) e Pimenta e Silva (2017). Esses estudos trazem diversas contribuições, como no trabalho de Zica et al. (2006), no qual foi apresentado um panorama geral sobre o crédito no país, não se limitando aos principais fatores de restrição do acesso ao crédito, mas também com análise das principais dificuldades de acesso das MPEs aos demais serviços financeiros.

Outros dificultadores ou barreiras encontradas por esses mesmos autores são o custo elevado para a recuperação de garantias, que desestimula as instituições financeiras à concessão de crédito (ZICA et al., 2006), a instabilidade econômica do país e a incerteza quanto ao futuro da empresa (WERNKE et al., 2017), o limite de crédito disponível, o prazo para pagamento, além da burocracia para a obtenção do crédito. (PIMENTA; SILVA, 2017).

A dificuldade de apresentar garantias, em função de as MPEs normalmente ainda serem pouco capitalizadas e com pouco patrimônio, foi o terceiro dificultador mais citado pelos estudos para a obtenção de crédito por parte das MPEs. Tanto estudos realizados para a realidade brasileira (PEZZI, 2005) quanto para a portuguesa (CORREIA, 2018), bem como em Moçambique (ALFAZEMA, 2019), tratam do assunto com bastante relevância, pois a falta de garantia agrava o risco das operações, aumentando o custo para a obtenção do crédito. Alfazema (2019) também acrescenta à lista dos dificultadores a fraca capacidade de gestão empresarial apresentada pelos administradores das MPEs.

2.4 Determinantes do crédito

A literatura que trata de demanda de crédito para as MPEs no Brasil é bastante limitada, motivo pelo qual buscamos ampliar a busca por publicações que tratam de demanda de crédito, não limitando por segmento, possibilitando estabelecer paralelos para a condução dessa pesquisa. Com relação aos determinantes da demanda de crédito bancário, foram encontrados diversos autores que estudaram o assunto para diversos segmentos diferentes, alguns até tratam das empresas, mas não estudam especificamente o caso das micro e pequenas.

No Quadro 2 são apresentados os principais determinantes de demanda de crédito bancário, bem como os autores que identificaram esses determinantes em seus estudos. Foram descritos somente determinantes que apresentaram repetição em mais de um estudo.

O determinante da demanda mais citado foi a taxa de juros, presente em todos os estudos pesquisados, além de, em quase todos os estudos, representar uma das variáveis mais significativas, como em Coelho et al. (2017), que cita que a demanda por empréstimo de capital de giro é elástica à taxa de juros e a demanda por empréstimos pessoais é bastante inelástica. Negri et al. (2019) também mencionam que a demanda de crédito é juros elástica e é maior para o crédito livre e que, enquanto os juros são mais importantes para a contratação de crédito livre, o prazo é mais importante para a contratação de crédito direcionado. Estudos vinculados a outros países também apresentaram a taxa de juros como determinante bastante relevante, como é o caso de Calza et al. (2003), que estudaram os determinantes dos empréstimos ao setor privado na área do euro, identificando que, a longo prazo, os empréstimos estão negativamente relacionados às taxas de juros. Além disso, Balaguera e Diaz (2014) estimaram uma função de demanda *ex post* de crédito bancário para as empresas da Colômbia, encontrando relação negativa do crédito com a taxa de juros.

Outra determinante bastante citada pelos autores é a inflação, que impacta negativamente o crédito, de acordo com Reginato et al. (2020) em seu estudo para analisar os principais determinantes da concessão de crédito bancário ao setor privado no Brasil, independentemente de serem tidos como de oferta ou de demanda.

Estudo para identificar os parâmetros agregados da oferta e da demanda de crédito usando a heterocedasticidade utilizou como principais variáveis a elasticidade

da taxa de juros, tanto para a oferta quanto para a demanda. Para calcular esta elasticidade, uma das principais variáveis utilizadas foi o crédito, que também para Calza et al. (2003), Coelho et al. (2017), Evangelista e Araújo (2018) e Reginato et al. (2020), é um dos determinantes da demanda.

Buscando identificar os fatores que influenciam o processo de escolha do tomador na demanda de crédito bancário, tanto pela instituição quanto pelo valor a ser demandado, Koyama (2007) encontrou, como resultado, que a duração da operação ou prazo é relevante tanto para a escolha da instituição a demandar o crédito, quanto para o montante a ser demandado. Também Attanasio et al. (2008) e Negri et al. (2019) apresentaram o prazo ou duração da operação como determinantes da demanda.

Algumas outras determinantes tiveram menos citações, como o PIB, que foi citado nos trabalhos de Calza et al. (2003), Reginato et al. (2020) e Mendonça e Sachside (2013), a taxa de desemprego, mencionada por Silveira (2013) e Silva e Moraes (2013), a Selic, indicada por Evangelista e Araújo (2018) e Reginato et al. (2020), o tamanho ou porte da empresa, aludidos por Balaguera e Diaz (2014) e Negri et al. (2019) – esses dois últimos estudos foram dedicados às empresas.

Poucas foram as publicações encontradas que estudaram especificamente o segmento de empresas, dentre elas a pesquisa de Negri et al. (2019) teve como objetivo a análise da relação entre os mercados de crédito livre e direcionado no Brasil. Para isso, os autores estimaram a elasticidade juros e prazo da demanda de crédito, utilizando informações de 378651 empresas, com milhões de observações coletadas entre os anos de 2004 e 2017. Os resultados do estudo indicam que a demanda de crédito é juros elástica e é maior para o crédito livre do que para o crédito direcionado, e que os juros aparecem com importância maior para a contratação de crédito livre, sendo que, para a contratação de crédito direcionado, o prazo aparece com importância maior. Os determinantes utilizados para a demanda foram a taxa de juros, a *duration*, o risco do cliente, o porte da empresa, se a empresa está adimplente e o IPCA.

Além disso, Balaguera e Diaz (2014) realizaram seu estudo no segmento de empresas, com o objetivo de estimar uma função de demanda de crédito bancário para as empresas da Colômbia. A pesquisa foi realizada com amostras de empresas no período de 2003 a 2012. Os autores identificaram que a demanda tem relação positiva com o tamanho da empresa, oportunidades e garantias, sendo que, do lado

oposto, com relação negativa, encontram-se a rentabilidade, a solidez financeira, o endividamento com fornecedores e a taxa de juros. Como principais determinantes da demanda, foram utilizados o tamanho da empresa, o dinamismo empresarial, a rentabilidade, as garantias, o endividamento com fornecedores e a taxa de juros.

Outros autores utilizados focaram os seus trabalhos no lado da demanda, mas em diversos segmentos. Dentre eles, podemos citar o trabalho de Koyama (2007), que buscou a identificação dos principais fatores que influenciam no processo de escolha do tomador na demanda por crédito, além de determinar os impactos dessa decisão no ambiente macroeconômico e no comportamento dos agentes. Utilizou como principais determinantes da demanda a taxa de juros, o tempo de relacionamento, o porte, a duração da operação e as garantias.

Já o trabalho de Attanasio et al. (2008) investigou a importância empírica das restrições de empréstimos no mercado de crédito ao consumidor e identificou como determinantes da demanda a taxa de juros e o prazo dos empréstimos.

Silva e Moraes (2013) avaliaram os fatores macroeconômicos que contribuíram para o crescimento da demanda por crédito no segmento PF com recursos livres, de 2004 a 2011. Os autores identificaram que, além do nível dos juros, as condições do mercado de trabalho, o desemprego e a renda média são os fatores decisivos para a demanda de crédito com recursos livres por pessoas físicas.

Muitos autores estudam demanda e oferta de crédito de forma conjunta, muitas vezes, inclusive, não fazendo distinção entre as duas. Dentre eles, podemos citar Mendonça e Sachsida (2013) que, por exemplo, buscam estimar a oferta e a demanda de crédito bancário no Brasil para compreender como ocorre o equilíbrio nesse mercado, no período de junho de 2000 a agosto de 2012.

Quadro 2 – Determinantes da Demanda de Crédito Bancário

Determinantes da Demanda de Crédito Bancário	Referências
Taxa de Juros	Calza et al. (2003) Koyama (2007) Attanasio et al. (2008) Alan et al. (2012) Silveira (2013) Silva e Moraes (2013) Mendonça e Sachsida (2013) Balaguera e Diaz (2014) Oliveira et al. (2015) Brasil (2016) Coelho et al. (2017) Negri et al. (2019) Evangelista e Araújo (2018)
Inflação	Mendonça e Sachsida (2013) Oliveira et al. (2015) Evangelista e Araújo (2018) Reginato et al. (2020)
Crédito	Calza et al. (2003) Coelho et al. (2017) Evangelista e Araújo (2018) Reginato et al. (2020)
Duração da operação ou prazo	Koyama (2007) Attanasio et al. (2008) Negri et al. (2019)
PIB	Calza et al. (2003) Mendonça e Sachsida (2013) Reginato et al. (2020)
Taxa de Desemprego	Silveira (2013) Silva e Moraes (2013)
Selic	Eevangelista e Araújo (2018) Reginato et al. (2020)
Tamanho ou porte da empresa	Balaguera e Diaz (2014) Negri et al. (2019)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Os autores utilizaram dois métodos para estimação da função de demanda: o GMM (*Generalized Method Moments*) e o IV (*Instrumental Variable*). Em seguida, utilizaram o MQO (Mínimos Quadrados Ordinários) em três estágios, conhecidos

como 3SLS (*Three Stage Least Squares*), para estimar o modelo de oferta e de demanda conjuntamente. Como variáveis para a estimação da demanda por crédito bancário, eles utilizaram taxa juros do financiamento, o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e a taxa de desemprego. Para a identificação da oferta de crédito bancário, utilizaram as variáveis inadimplência, taxa de captação (utilizando como referência o CDB – Certificado de Depósito Bancário) e a inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

Os autores encontraram, como principais resultados, que a demanda por crédito bancário no Brasil é pró-cíclica, pois reage negativamente ao desemprego e positivamente ao PIB. Além disso, identificaram que a elasticidade preço da demanda é maior para o mercado de PJ (pessoas jurídicas) do que para o mercado PF (pessoas físicas); no entanto, não conseguiram determinar a curva de oferta de crédito bancário para PF. Encontraram os sinais esperados para a inadimplência, taxa de captação e inflação nas funções de oferta de crédito para os dois mercados.

Já Coelho et al. (2017) utilizaram um método baseado na identificação de Rigobon (2003), que emprega a abordagem da heterocedasticidade, analisando tanto oferta quanto demanda por crédito bancário ao mesmo tempo. Empregaram como principal variável a elasticidade da taxa de juros, tanto da demanda quanto da oferta de crédito. Para identificar a elasticidade da taxa de juros, utilizaram o fluxo de crédito, preço e quantidade, para diferentes linhas de crédito no Brasil, com periodicidade diária. Utilizaram, ainda, como principais variáveis de controle, o valor do índice de mercado de ações, a taxa de juros de seis meses e um ano implícitas nos contratos de swap pré (180 e 360 dias), a taxa de câmbio nominal brasileira do Banco Central do Brasil e as medidas de volatilidade da política monetária, que estão implícitas nos contratos de opção com trajetória futura (12 meses) e taxa de juros básica.

Este estudo é um pouco diferente dos demais utilizados na bibliografia, pois trata de crédito comercial, e não crédito bancário, mas trabalha o segmento de micro e pequenas empresas. Os autores Carvalho e Schiozer (2015) investigaram os determinantes da oferta e da demanda de crédito comerciais por micro, pequenas e médias empresas. Em sua pesquisa, utilizaram *Path analysis* com uma regressão simples, que foi estimada por equações simultâneas. Foi realizada uma *Survey* com gestores de 481 empresas, de 32 cidades dos estados de São Paulo e Minas Gerais, entre os anos de 2008 e 2010. Como resultado do estudo, os pesquisadores encontraram que o crédito comercial e o crédito bancário de curto prazo são fontes

complementares, e não substitutas. A proporção de vendas realizadas a prazo, o prazo médio e o crescimento das vendas estão positivamente relacionados à quantidade demandada de crédito comercial. A oferta de crédito comercial está diretamente relacionada à importância que o gestor dá para a utilização do crédito de forma estratégica para o crescimento das vendas. Como principais determinantes da demanda de crédito comercial, os autores utilizaram o percentual de crédito a prazo, o crescimento das vendas, prazo médio de recebimento, frequência de uso de operações de empréstimo, atraso no pagamento, proporção de vendas a prazo e proporção de contas recebidas no vencimento.

Voltando para o crédito bancário, Oliveira et al. (2015) avaliaram em que medida o canal dos empréstimos bancários se tornou relevante na economia brasileira. Como resultado, encontraram a importância dos prazos e taxa de juros para a demanda de crédito, enquanto, para a oferta, a maior relevância ocorreu no volume de captação. Como determinantes da demanda, os autores utilizaram a taxa de inflação, a taxa real de juros, a renda média formal e o prazo.

Em complemento, Evangelista e Araújo (2018) investigaram as evidências empíricas a respeito da eficácia do crédito como canal de transmissão da política monetária no Brasil. Para isso, estimaram diversos modelos de VAR, analisando as funções impulso-resposta e a decomposição da variação de erros. O período utilizado no estudo abrangeu os anos de 2002 a 2012. Para identificar a demanda e a oferta de crédito foram utilizados choques no volume real de crédito e na taxa de juros de mercado. Os resultados indicaram a existência do canal de crédito bancário e que a demanda não afeta contemporaneamente a oferta de crédito, mas sim que a oferta de crédito afeta a demanda de crédito. Como determinantes da demanda de crédito para as empresas, foram utilizadas a produção industrial, a inflação, a Selic, a taxa de juros e o saldo dos créditos pessoa jurídica.

No artigo de Reginato, et al. (2020), foram analisados os principais determinantes da concessão de crédito bancário ao setor privado no Brasil, independentemente de serem tidos como de oferta ou de demanda. Os autores adotaram metodologia de séries temporais, sendo estimado modelo VAR, bem como os impulsos de resposta, tendo como período de estudo os anos de 2000 a 2016. Os resultados encontrados apontam para uma influência positiva do PIB e do crédito defasado sobre o volume de operações de crédito. Também apresentam um impacto negativo dos depósitos, da inflação, dos juros e do risco Brasil.

3 METODOLOGIA

Metodologia é a estrutura de procedimentos pelos quais a pesquisa é conduzida, com o objetivo de apresentar os fatos de tal forma que os significados possam ser percebidos com mais clareza, conforme Ikeda (2009). Para a realização desta pesquisa e o alcance dos objetivos propostos, foram utilizados os procedimentos metodológicos descritos abaixo.

O estudo foi conduzido de forma interpretativista que, segundo Ikeda (2009), utiliza abordagens qualitativas e naturalísticas, com o objetivo de compreender a experiência humana em determinado contexto. Qualitativa porque, segundo Godoy (1995), a melhor forma para a captação da realidade é quando ao pesquisador é possibilitado colocar-se no papel do outro – definição que é complementada com o conceito de pesquisa qualitativa, apresentado por Ikeda (2009), como uma atividade situada, a qual coloca o observador no mundo. Conjunto de práticas naturais que possibilitam tornar o mundo visível, práticas essas que transformam e modificam o mundo, em uma série de representações, com a utilização de notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações, memorandos, dentre outros. Naturalística, de acordo com a mesma autora, é a forma como as coisas serão estudadas em seus estados naturais, para tentar dar sentido ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhes atribuem – conceito também apresentado por Chueke e Lima (2011), afirmando que a pesquisa qualitativa tenta entender os fenômenos através dos significados que as pessoas dão a eles.

Além dos procedimentos metodológicos, também o contexto abrangido nesta pesquisa, as técnicas de coletas de dados e as técnicas de análise de dados que foram utilizadas serão apresentadas no capítulo.

3.1 Procedimentos metodológicos

Quando da escolha das melhores ferramentas para o cumprimento dos objetivos propostos para o trabalho, bem como o problema de pesquisa, foi utilizada pesquisa de natureza qualitativa e abordagem exploratória, com utilização de entrevista qualitativa e análise de conteúdo.

Segundo Godoy (1995), o ambiente natural é o instrumento fundamental como fonte direta de dados da pesquisa qualitativa, o qual também envolve as questões

complexas que fazem parte do cenário das organizações. Flick (2009) complementa com o conceito de que a pesquisa qualitativa possibilita, na maioria dos estudos, uma quantidade maior de informação contextual, em comparação com a pesquisa quantitativa – uma estratégia que agrega exatidão, amplitude, complexidade, riqueza e profundidade a qualquer investigação. Pela riqueza de informações geradas, pode ter diversas abordagens e técnicas sendo utilizadas para o alcance dos objetivos propostos.

O estudo foi realizado com a utilização da abordagem exploratória, em função de que, apesar de existirem muitos estudos sobre a demanda de crédito no Brasil, pouco material foi identificado, especificamente, sobre a demanda de capital de giro para as MPEs. De acordo com Révillion (2003), essa abordagem é utilizada quando temos um tópico ou problema de pesquisa pouco estudado, sobre o qual ainda existem muitas dúvidas, que não foi, ou foi pouco abordado anteriormente. Isso é reforçado por Godoy (1995), quando cita que, se estamos trabalhando com questões pouco conhecidas, a pesquisa exploratória pode ser considerada a mais adequada, e que também se justifica quando existem poucas informações preliminares a respeito de determinado assunto, ou quando não se sabe muito a respeito do objeto de pesquisa. Ou seja, se ao realizar a revisão de literatura ficou identificado que existem apenas diretrizes e ideias não investigadas, vagamente relacionadas com os problemas estudados, ou se buscamos estudar assuntos ou áreas por perspectivas diferentes, a abordagem exploratória é a mais adequada. (RÉVILLION, 2003).

3.2 Definição da população-alvo e sujeitos da pesquisa

Estudos de natureza exploratória podem ser realizados em pequenas e grandes amostras, sendo decisiva para essa abrangência a pergunta que será utilizada na pesquisa. Para o trabalho exploratório, a escolha de quem irá participar da pesquisa e qual tipo de informação esperamos encontrar é muito mais importante do que o tamanho da amostra que participará da entrevista. (RÉVILLION, 2003).

O objetivo deste estudo foi compreender quais os determinantes da demanda de crédito bancário pelas MPEs. Para isso, é necessário conhecer o comportamento de crédito dessas MPEs no dia a dia, o que justifica a escolha de utilizar um levantamento de experiências de forma direta, por meio de entrevista em profundidade. Esse tipo de entrevista é caracterizado como pessoal, direta e não

estruturada, na qual um único respondente é questionado por um entrevistador, a fim de revelar motivações, crenças, atitudes e sentimentos a respeito de determinado tópico. (MALHOTRA, 1993 apud RÉVILLION, 2003).

A escolha pela utilização da amostragem teórica com a seleção dos especialistas a serem entrevistados foi efetuada em função de ser um processo de coleta de dados, com o objetivo de gerar teorias através das quais o analista coleta, codifica e analisa conjuntamente os dados, para decidir quais e onde serão coletados a seguir, para que possa desenvolver a sua teoria. As decisões relacionadas à amostragem, em uma amostragem teórica, têm como benefício a possibilidade de poder se concentrar em pessoas ou grupos específicos que permitam comparação. Em todos os casos, a escolha das amostras não se baseia nos critérios e técnicas normalmente utilizados pelas amostragens estatísticas. Nem a amostragem aleatória e nem a amostragem de estratificação conseguem garantir a representatividade da amostra nesse caso. O que garante a qualidade da amostra é a capacidade dos indivíduos selecionados de fornecerem novos *insights* para o desenvolvimento da teoria, e novos participantes se fazem necessários, enquanto continuarem a acrescentar. A teoria inicial, elaborada em cima de material empírico, deve ser utilizada como referência para o andamento do trabalho. (FLICK, 2009).

A definição das pessoas consideradas especialistas para participarem das entrevistas ocorre em razão do cargo que ocupam como gerentes gerais de agências especializadas em atendimento a MPMEs, suas experiências na negociação, orientação e relacionamento com o público MPE, apresentando, *a priori*, conhecimento significativo e expertise em área relevante à realização da pesquisa. Serão realizadas 15 entrevistas. No entanto, essa abordagem pode ter algumas desvantagens; uma delas ocorre porque, às vezes, o acesso ao grupo de pessoas com as qualificações necessárias ao processo pode não ser tão fácil. Até pela qualificação necessária, normalmente são pessoas que desempenham ocupações com demanda muito grande de tempo e dedicação. (MARSHALL; ROSSMAN, 1995 apud QUADROS, 2020).

Após definido o perfil do entrevistado, foi definida a realização da pesquisa localmente, no estado do Rio Grande do Sul, e em uma única instituição, um grande banco de varejo com atuação nacional. Foram definidos como especialistas para serem entrevistados, todos os gerentes gerais ou seus substitutos diretos, em caso de impossibilidade de acesso aos gerentes gerais, de agências especializadas no

atendimento às MPEs. Esses profissionais têm contato diário com o público MPE, além de participarem em negociações de crédito, de forma direta ou indireta, praticamente todos os dias, com o público objeto do estudo. O objetivo foi selecionar as pessoas com maior experiência, dentro da instituição, no relacionamento com as MPEs. Com base nas definições iniciais de público, como são 15 agências bancárias especializadas no estado do RS, foram selecionados 15 entrevistados, caracterizando-se por uma amostra teórica, tomando como referência os seguintes critérios: a) Tem pelo menos cinco anos de experiência profissional trabalhando no relacionamento com empresas; b) No mínimo 10 anos de experiência em negociação de crédito; c) É gerente geral ou substituto imediato em agência especializada no atendimento a MPMEs; d) É funcionário do Banco X há pelo menos 10 anos; e) Acessibilidade.

3.3 Procedimentos de coleta de dados

Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado para a coleta de dados primários. De acordo com a literatura, as entrevistas semiestruturadas são abertas, baseadas em roteiro previamente elaborado, visando coletar as informações necessárias para atingir o objetivo da pesquisa, mas podendo ser acrescentadas novas perguntas conforme a necessidade durante o decorrer das entrevistas, com observação participante do pesquisador. (FLICK, 2009). O questionário foi elaborado com base na revisão da literatura realizada neste estudo, iniciando com questões introdutórias investigativas sobre a formação dos entrevistados, o relacionamento comercial com o segmento MPEs, a experiência com a demanda de clientes por crédito, além das diferenças observadas com as médias empresas. Na parte central da entrevista, buscou-se o comparativo dos determinantes da demanda por crédito apontados pela metodologia e a observação no dia a dia pelos especialistas, o grau de importância atribuído a cada um dos itens, além de buscar o entendimento sobre se existe mais algum determinante não observado pela literatura.

A formulação das questões visou ao atingimento dos objetivos que foram propostos nesse estudo. As entrevistas ocorreram no período de 13 a 28 de maio de 2021, sendo que todas elas foram realizadas pelo aplicativo *Microsoft Teams*. Todas as entrevistas foram gravadas, gerando um total de 455 minutos de gravação. Após a realização das entrevistas, as mesmas foram transcritas para um arquivo no formato

de texto, gerando um total de 273 páginas. Para garantir a fidelidade do conteúdo, ao que foi respondido pelos participantes das entrevistas, todas as gravações foram checadas. Foi garantido, aos especialistas participantes, sigilo dos seus nomes. Também foi coletado, de cada entrevistado, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual foi enviado para cada participante, juntamente com o convite para participação na entrevista, sendo coletada a concordância no início de cada entrevista, para garantir o sigilo e a confidencialidade. O formulário utilizado para tal finalidade, está disponível ao final desse trabalho como Anexo B.

De acordo com Flick (2009), por se tratar de entrevista semiestruturada, deverá ser previamente elaborado roteiro, que permita ao entrevistador não perder o foco dos seus objetivos, respeitando o contexto da entrevista e possibilitando que esta seja conduzida de forma muito semelhante a uma conversa informal, permitindo aos entrevistados deixarem vir à tona as visões e interpretações referentes aos temas investigados, que de outra forma não estariam acessíveis.

3.4 Procedimentos de análise de dados

Após efetuada a coleta dos dados, foram realizadas as análises e revisão dos mesmos; para tanto, foi definida e utilizada a Análise de Conteúdo como técnica para a análise dos dados. Ela é definida por Silva e Fossá (2015) como um conjunto de instrumentos metodológicos que estão em constante processo de aperfeiçoamento, e se presta a analisar diferentes fontes de conteúdo, sejam verbais ou não verbais. Quanto à interpretação, a análise de conteúdo transita entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. Já para Bardin (2016), o método visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, dentre outras, com a utilização de mecanismos para a dedução com base nos indicadores que foram reconstruídos a partir de mensagens de amostras particulares. Ou seja, ocorre a descrição do conteúdo das entrevistas, de maneira que possa ser sistematizada, permitindo a identificação dos conhecimentos levantados. O objeto da análise de conteúdo nesse trabalho é a fala (comunicação), o aspecto individual e atual da linguagem. Para Silva e Fossá (2015), a análise de conteúdo é a técnica de análise das comunicações, que tem o objetivo de analisar aquilo que foi dito pelos entrevistados, ou aquilo que foi observado pelo pesquisador no processo de entrevista. Para analisar o material, classifica-se o conteúdo em temas ou categorias,

para auxiliar na compreensão do que está por trás do discurso. Constitui-se em uma metodologia usada para descrever e interpretar toda a classe de documentos e textos. Conduz as descrições sistemáticas e qualitativas, auxiliando na reinterpretação das mensagens, para uma compreensão dos significados em um nível que vai além de uma leitura comum. (MORAES, 1999).

A condução da análise de conteúdo é dividida em algumas etapas, as quais não são consenso entre todos os autores. Após leitura de algumas pesquisas, optamos por utilizar, para condução desse trabalho, na análise de conteúdo, uma metodologia que divide a análise em três estágios. De acordo com Bardin (2016), a análise é dividida em pré-análise, a qual é desenvolvida com o objetivo de sistematizar as ideias iniciais, baseadas no referencial teórico, para estabelecer os indicadores necessários para a melhor interpretação das informações coletadas. Os dados reunidos devem ser classificados e organizados sistematicamente, para facilitar a análise. A segunda é a exploração ou análise do material, que consiste em uma construção das operações de codificação, as quais devem transformar os recortes dos textos em unidades de registro, bem como a definição de regras para a contagem, a classificação e a agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas. A terceira fase, que se refere ao tratamento dos resultados, consiste em captar os conteúdos contidos no material coletado nas entrevistas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados e analisados os resultados observados, obtidos por meio das entrevistas, e que são comparados com o referencial teórico examinado. A partir da análise de conteúdo aplicada aos dados coletados, foi atribuída uma codificação ao material em categorias, classificadas de forma a compreender melhor o fenômeno estudado, a partir da extração dos trechos mais importantes das entrevistas, seguindo o roteiro de entrevista semiestruturada explicado na metodologia.

4.1 Percepção sobre a evolução do crédito para as MPEs no Brasil

Há uma convergência entre a maioria dos entrevistados em relação à percepção sobre a evolução do crédito para as MPEs no Brasil e nas agências dos bancos em que atuaram, nos últimos 10 anos. As citações mais recorrentes se referem ao uso de políticas anticíclicas pelo banco, maior facilidade de obtenção de crédito em determinados períodos, a crescente qualificação dos tomadores de crédito, bem como o avanço tecnológico como facilitador do processo. A maioria dos respondentes fez referência ao que aconteceu com o crédito para as MPEs no período, tanto em questões de oferta como em questões de procura por crédito, muito vinculado aos momentos históricos econômicos e políticos do país. Também surgiram muitas citações a respeito das dificuldades das MPEs para obtenção de crédito em função das garantias, da influência do cenário econômico para a tomada de decisão do empresário na demanda de crédito, da evolução nas condições operacionais na tecnologia utilizada pelas instituições financeiras, bem como da crescente profissionalização dos dirigentes vinculados a MPEs, e o quanto isso é importante para a utilização correta do crédito.

O entrevistado 10, por exemplo, cita que, nos últimos 10 anos, *“as condições eram facilitadas em determinados momentos, (...) eram mais conservadoras em outros momentos”*, dependendo da política econômica, se de expansão ou de retração. No entanto, no banco ao qual o entrevistado é vinculado, que tem o governo como acionista, em alguns momentos foi adotada uma estratégia anticíclica, buscando manter uma política de expansão de crédito, inclusive com redução dos *spreads* praticados, mesmo em períodos de contração da atividade econômica. De acordo com

o entrevistado 10: *“o banco atuava como agente de governo, mantendo a sua assistência creditícia, para que a economia tivesse o mínimo de condição de continuar ativa”.*

Em relação aos últimos 10 anos, no que se refere ao período de 2011 a 2014, de acordo com o entrevistado 14,

“tinha sim no país uma vontade muito grande de crescer e algumas coisas estavam se consolidando, como a Copa do Mundo no Brasil, como as Olimpíadas (...), eu via que tinha a mão forte do governo fazendo uma orientação para o crédito, então juntamente com a demanda das empresas para acompanhá-lo crescimento, foram criadas muitas linhas de crédito, principalmente com direcionamentos à infraestrutura”.

No banco, esse período foi marcado também por muita liberalidade quanto à concessão de crédito, facilitando a muitas MPEs a tomada dos recursos demandados, ocasionando, no período posterior, numa elevação significativa da inadimplência, como cita o respondente 14:

“em função de que a gente não tinha muitas amarras, tipo garantias, prazo, a gente tinha uma liberdade muito grande para a concessão do crédito, (...). e depois o banco acabou sofrendo. (...) Também por efeitos políticos, muitas coisas deixaram de acontecer, (...) e aí, as empresas começaram a sofrer bastante”.

Segundo o respondente 2, *“houve a crise lá de 2015, 2016, onde se fecharam as torneiras do crédito, até como proteção dos capitais dos bancos”.* Percebeu-se, naquele período, como resultado da crise econômica brasileira, uma elevação significativa da inadimplência por parte das MPEs. A retomada mais significativa em direção ao crescimento do crédito para as MPEs ocorreu nos anos de 2018 e 2019, antes do início da pandemia.

Com relação à exigência de garantias, o respondente 1 relata que, *“segue linhas que não (...) eu diria que não mudaram muito no decorrer desses 10 anos”*, salvo em alguns momentos, quando foi disponibilizada a utilização de fundos garantidores, que *“facilita bastante a concessão do crédito, (...) empresa pequena ou algumas situações que não têm garantia suficiente”.*

Também o cenário econômico tem grande influência na procura por crédito por parte das empresas, como relata o respondente 1:

“Quanto mais instável o cenário econômico, mais receoso e cauteloso o empresário fica. Quando a economia está andando em níveis normais e que se tem perspectivas mais positivas, (...) a busca por crédito acaba por ser mais intensa e com volumes maiores”.

A profissionalização do dirigente também apareceu nas respostas como fundamental para a boa utilização do crédito. Empresas bem geridas, com empresários qualificados, conseguem se dar conta da importância que o crédito tem, tanto para uma melhora da condição da empresa quanto para fomentar o crescimento, o que é referido pelo respondente 3, quando fala da *“qualificação do empresário”* como ponto muito importante para a tomada do crédito: *“As empresas que se deram conta, as bem geridas, (...) que sabem usar o crédito, conseguem alcançar uma melhora na sua condição, (...) da sua realidade, (...) crescem bastante”.* Isso é corroborado também pelo entrevistado 9, com a afirmação de que: *“existe uma demanda maior por crédito, as empresas estão aprendendo a utilizar o crédito para o seu crescimento (...) não somente para a manutenção das atividades”.* Os bancos têm participação ativa nesse processo, pois, segundo o entrevistado, os mesmos *“vem incentivando esse uso consciente do crédito pelas MPEs, buscando auxiliá-las na sua evolução, na evolução dos seus negócios.”*

Também as melhorias operacionais ocorridas, proporcionadas pelos bancos nos últimos 10 anos, são bastante significativas, de acordo com os entrevistados, pois não é necessário nem sair da sede da empresa para a tomada de crédito, realizando tudo digitalmente. Houve uma melhoria significativa, em termos técnicos e operacionais, o que proporcionou um avanço tanto em produtos quanto em serviços bancários para as MPEs, bem como uma análise automatizada e com uma acurácia técnica muito maior. Isso é enfatizado pelo respondente 5, quando afirma que *“melhorou em termos técnicos, inclusive com aprimoramento de produtos e serviços, (...) com o advento da especialização, na melhoria na disponibilidade de opções”.* O respondente 8 segue a mesma linha, para o qual *“tecnologicamente a evolução, ela é bem grande, (...) análises automatizadas e muito mais técnicas”.* E, para o entrevistado 3, *“é muito mais fácil tomar crédito hoje, (...) Pode sem sair de casa, pode tomar crédito de uma forma eletrônica”.*

4.2 Importância do crédito para o melhor funcionamento da economia nacional

Há uma convergência entre a maioria dos entrevistados a respeito da importância do crédito para o melhor funcionamento da economia nacional. O crédito possibilita o aumento do giro da economia em volumes muito maiores do que se o funcionamento ocorresse sem o crédito. Consenso esse que aumentou, quando especificamente foi referida a importância do crédito para as MPEs e o impacto que isso pode ter na economia nacional, tendo a grande maioria dos entrevistados citado a participação significativa das MPEs na geração de emprego e renda no país, e o quanto o crédito pode influenciar na melhoria desses indicadores.

A importância do crédito para o melhor funcionamento da economia nacional fica clara nas palavras do entrevistado 3, que menciona a expansão do consumo que ocorreu no Brasil, em determinado momento histórico, sustentado pela expansão do crédito, *“quando houve a criação do CDC consignado⁹, com prazos maiores, que as pessoas podiam se alavancar, construir ou se beneficiar, (...) todo mundo cresce”*. Já o entrevistado 6 traz um exemplo que representa a capacidade de alavancar a economia, ocasionado por um empréstimo:

“quando uma empresa, que faz um investimento, (...) utiliza o crédito para compra de uma máquina, essa máquina possibilita a expansão da atividade da empresa, bem como também possibilita uma expansão da atividade da indústria que produziu aquele equipamento, além de gerar impostos para os governos federal, estadual, municipal, possibilitando que tenham capacidade para investimentos”.

Com isso aumentando o giro da economia, pois a compra da máquina poderia não ocorrer, sem a possibilidade do crédito.

A maioria dos entrevistados concorda a respeito da importância das MPEs na participação do emprego e renda do país. Como no exemplo do entrevistado 10, que cita que *“partindo do ponto que as MPEs são quem mais empregam no país, o acesso ao crédito, para que essas empresas consigam se manter fortes, é fundamental para a economia nacional”*. O que é complementado pela citação do entrevistado 14, fazendo referência a que *“cada MPE que fecha, (...) podem ser dois, três empregos*

⁹ Modalidade de crédito pessoal, concedido por intermédio de convênio, com pagamento dos valores das parcelas cobrados diretamente na folha de pagamento — ou seja, o desconto é feito diretamente na folha de pagamento do tomador, seja salário ou aposentadoria.

que se perdem, (...) os quais também são consumidores, e acabam comprando menos de outras empresas também". E pela citação do entrevistado 4, enfatizando que, *"quanto maior a oferta de crédito, maior vai ser o desenvolvimento dessas empresas, com maior geração de emprego e de renda"*. No entanto, o entrevistado 13 faz uma ressalva importante, destacando que *"o crédito mal aplicado, mal emprestado, pode ser tão prejudicial quanto a não disponibilidade do crédito"*, fazendo referência ao fato de que, para as MPEs, o excesso de crédito pode gerar um superendividamento, que, em casos mais extremos, pode, inclusive, ser o motivo da inviabilização das empresas.

4.3 Diferenças na concessão de crédito em razão de alguma característica específica da empresa

Quando questionado aos respondentes se percebem diferenças significativas na concessão de crédito em razão de alguma característica específica da empresa, a resposta da maioria foi baseada na questão de que as instituições financeiras usam, em geral, o *credit scoring* para fazer a análise de crédito das empresas. Portanto, utilizam como subsídio informações como: segmento da empresa combinado com o cenário econômico, questões patrimoniais e de garantias, o porte e faturamento, o tempo de atividade e o tempo de relacionamento com a instituição financeira, sendo estes os principais fatores apresentados pelos entrevistados como diferenciadores na concessão do crédito.

O segmento de atuação da empresa, beneficiado ou prejudicado pelo momento econômico, foi o mais citado dentre os entrevistados, sendo quase unânime, como principal característica de diferenciação para a concessão do crédito. Para o respondente 6, *"dentro de cada segmento, dentro de cada atividade, existe um fluxo médio, no sentido de que, o setor do comércio tem uma dinâmica, o setor de serviços tem uma dinâmica e a indústria tem outra dinâmica"*. Já o respondente 4 menciona que *"percebe que, alguns setores, em função da perspectiva de crescimento, têm um volume de oferta de crédito maior"*, o que é reforçado pelo respondente 10, que complementa que *"o limite de crédito para operar com as empresas é estabelecido com base em diversas variáveis, sendo uma delas o segmento de atuação da empresa, bem como se este segmento está em baixa ou em alta no cenário econômico atual"*. Esta questão que é exemplificada pelos respondentes 7 e 11,

comparando os setores vinculados ao agronegócio e ao setor da construção civil, trazendo que, mesmo durante a pandemia do coronavírus, os setores vinculados à agricultura, por continuarem com perspectiva de crescimento, permanecem com grande fluxo de recurso à disposição para o crédito, enquanto que a construção civil em alguns momentos anda muito bem e em outros momentos para, principalmente em função da economia, fazendo com que grande parte das instituições tenha receio de operar com o segmento.

A questão patrimonial e a disponibilidade de garantias também foi bastante citada como característica de diferenciação das empresas, como respondido pelo entrevistado 15, fazendo referência à importância do patrimônio, principalmente para fazer frente às necessidades de garantias a apresentar. Esse ponto também foi destacado pelo respondente 13, que relata como sendo um dos, senão o maior, dificultador das MPEs para a obtenção do crédito, a apresentação das garantias exigidas pelas instituições financeiras. O respondente 2 relata que as MPEs que estão menos equipadas, preparadas para a obtenção de crédito, acabam sempre tendo um custo mais elevado nas operações, em função da elevação do risco, por não apresentarem garantias suficientes. Para o respondente 9, as instituições financeiras disponibilizam mais crédito para as indústrias, pois, normalmente, estas têm um pouco mais de garantias a oferecer.

O porte e faturamento também são bastante relevantes para os entrevistados. A maioria dos respondentes relatou que as empresas de maior porte têm mais facilidade de acesso ao crédito, bem como condições melhores. Abaixo algumas citações dos respondentes, que reforçam estes pontos:

“Faturamento não é lucro, não é resultado, mas é a máquina que move a empresa, e quanto maior o faturamento, maior a necessidade de capital de giro disponível.” (RESPONDENTE 2).

“As empresas maiores, normalmente, são multibancarizadas, com uma competição bastante acirrada entre as instituições financeiras para a assistência creditícia, enquanto as MPEs normalmente têm conta em um único banco, principalmente em função do custo elevado de manutenção do relacionamento.” (RESPONDENTE 3).

“Uma empresa de maior porte, mais estruturada, tem muito mais facilidade de acesso ao crédito, até porque os valores demandados são mais representativos para a instituição financeira.” (RESPONDENTE 7).

“Empresas de maior porte, normalmente são mais organizadas, têm uma análise e um planejamento maior do seu fluxo de caixa. Em função disso conseguem se programar mais, utilizando o crédito com mais regularidade. As MPEs, em sua maioria, não têm a gestão financeira profissionalizada, tomando recursos quando aperta, sem utilizar necessariamente de um planejamento.” (RESPONDENTE 10).

“O porte da empresa influencia, até porque aí estamos falando de capacidade de pagamento, limite de crédito disponível.” (RESPONDENTE 11).

“Tem muita diferença no acesso ao crédito em função do faturamento. Quanto maior a empresa, mais facilitada a condição do crédito. No varejo identificamos claramente quanto vai melhorando a condição a partir de um milhão, a partir de cinco milhões, a partir de 10 milhões de faturamento, enfim, quanto maior mais facilitado e maior o acesso.” (RESPONDENTE 15).

O tempo de atividade e tempo de relacionamento também apareceram em diversas entrevistas, citados como elementos complementares para a análise de crédito das empresas. De acordo com o entrevistado 1: *“o banco utiliza como subsídio o quanto conhece de cada cliente, e o quanto pode, considerando esse conhecimento, conceder em crédito”* e que, dessa forma, *“cada cliente acaba tendo a sua análise dentro do histórico com o banco”*, análise realizada junto a outros elementos. Também o entrevistado 7 relata que o *“tempo de atividade das empresas e o tempo de relacionamento com a instituição financeira são diferenciadores importantes.”* Até porque, conforme apresenta o entrevistado 9, *“as MPEs têm um histórico de insucesso muito grande, com um número elevado de empresas encerrando as atividades no primeiro ano de vida”*, um fator que dificulta o interesse das instituições financeiras na oferta de crédito para empresas com pouco tempo de atividade.

4.4 Dificuldade de acesso ao crédito das MPES em comparação com empresas de maior porte

Ao responder à questão se acreditam que as MPEs têm mais dificuldade de acesso ao crédito em comparação com empresas de maior porte, as respostas de todos os entrevistados foram de que acreditam que sim, sendo que os motivos mais citados foram as diferenças em questões como garantias, profissionalismo na

condução das empresas, e os tipos de metodologias de cálculo de limite de crédito utilizados pelas instituições financeiras.

As garantias foram mencionadas, sempre no contexto da menor condição patrimonial das MPEs, em comparação às médias e grandes empresas, o que acaba afetando a percepção de risco das instituições financeiras, fazendo com que as taxas cobradas sejam maiores e os prazos praticados menores. Na citação do entrevistado 6, fica clara a colocação acima: *“A indisponibilidade de garantias eleva os riscos, altera os critérios de análise utilizados pelas instituições financeiras, tornando mais duros os critérios de avaliação, influenciando em questões como o prazo e a precificação”*.

O profissionalismo na condução da empresa foi citado por muitos dos respondentes em situações como controle menor da atividade, menos conhecimento do mercado de crédito, pouco planejamento e organização financeira, ocasionando uma postura reativa, muito mais no dia a dia do fluxo de caixa – muitas vezes, inclusive, misturando os caixas da empresa e do empresário. Isso fica claro nas palavras do entrevistado 3: *“empresas maiores geralmente são mais organizadas financeiramente, utilizando de planejamento para as suas ações, enquanto as MPEs, em sua maioria, atuam muito mais no dia a dia, no fluxo de caixa diário”*. Essa é a mesma percepção do entrevistado 7: *“muitas pequenas empresas acabam misturando os caixas da empresa e do dirigente, dificultando a análise, por parte das instituições financeiras, do quanto, de fato a empresa está organizada e gerando resultado”*, e do entrevistado 9: *“se percebe que as MPEs têm maiores dificuldades em comparação às médias e grandes, muito pela questão cultural das empresas, do conhecimento do mercado de crédito e do nível de controle das atividades”*.

O tipo de metodologia de análise de crédito utilizada pelo banco também foi tema bastante recorrente junto aos respondentes, fazendo referência ao fato de que, para as MPEs, a metodologia de análise e o acesso ao crédito normalmente é automatizado e mais padronizado, sem muita margem para adequação a casos mais específicos, diferente da análise feita para médias e grandes empresas, que é totalmente adaptável, possibilitando a adequação, caso a caso, à realidade das empresas.

4.5 Tipos de crédito mais demandados pelas MPEs

Em relação aos tipos de crédito mais demandados pelas MPEs, praticamente todos os respondentes citaram as linhas de capital de giro como primeira opção e, com uma participação muito menor, o investimento como segunda opção.

As linhas de capital de giro são utilizadas das mais diversas formas pelas empresas, mas um fato que preocupa muitos os respondentes é a falta de capacitação dos dirigentes das MPEs para lidar com a gestão financeira das empresas. Isso é demonstrado quando se descapitalizam para realizar investimentos necessários com a utilização de capital próprio e, em não raros momentos, logo em seguida, utilizam-se de linhas de capital de giro das instituições financeiras para adequar o seu fluxo de caixa. Isso quando não utilizam diretamente linhas de capital de giro para realização dos investimentos, sendo que, se tivessem utilizado linhas de investimentos, encontrariam condições de prazos e taxas muito mais favoráveis. Este fato pode estar distorcendo os volumes tomados no sistema financeiro como capital de giro ou investimento, como citado pelo respondente 12, *“tem muita empresa fazendo investimento com capital próprio e se endividando por necessidade de capital de giro depois. Na maioria das vezes por falta de informações ou despreparo do dirigente”*. E pelo respondente 13, que trouxe que

“eles acabam utilizando capital próprio para realizar os investimentos, e quando aparece o descasamento no fluxo de caixa, procuram os bancos para operações de giro. Normalmente com custos financeiros muito mais elevados, prazos menores. Tudo isso normalmente por falta de um planejamento financeiro”.

Em função da pandemia do Coronavírus, muitos respondentes mencionaram que a procura por investimento, por parte das MPEs, diminuiu significativamente, aumentando ainda mais a distância do estoque de linhas de capital de giro utilizado em comparação com o estoque de linhas de investimento.

4.6 Motivos para uso de capital de giro pelas MPES

Neste tópico, foi investigado junto aos entrevistados os motivos que levam as MPEs a recorrerem a linhas de capital de giro, além das alternativas já dadas como opção (estratégia de crescimento e custos). Dentre as respostas, destacam-se o

financiamento do ciclo financeiro, a falta de gestão financeira adequada, conseguir se manter funcionando no período da pandemia e a redução de custos, podendo comprar em melhores condições.

Como estratégia de crescimento, foi citado, principalmente, o aumento da necessidade de capital de giro para acompanhar o aumento no faturamento, bem como para o fortalecimento do caixa da empresa, para poder oferecer condições de prazo para seus clientes, buscando ser mais atrativo do que os concorrentes, ocupando uma fatia maior do mercado.

A utilização de linhas de giro em função dos custos apareceu nas citações, em sua maioria, atrelada a dificuldades na gestão do caixa da empresa, frequentemente sendo utilizada, inclusive, para cobertura de folha de pagamento, dificuldades momentâneas, inadimplências não previstas, margens de ganho comprometidas, e muitas vezes até para tentar evitar o fechamento.

As citações que se referem ao financiamento do ciclo financeiro, em sua maioria, relatam a dificuldade que as MPEs têm de acompanhar as condições de mercado, precisando se adequar ao ciclo financeiro praticado para continuarem competitivas. Entre o pagamento aos fornecedores e o recebimento de seus clientes, normalmente há um período significativo, sendo que a empresa tem pouco poder de decisão sobre esse período, tendo que se adequar às práticas do mercado. Ocorre que muitos dos dirigentes das MPEs não se dão conta desse fato e nem de sua relevância para a gestão do fluxo de caixa. Como exemplo, temos a citação do entrevistado 3, que relata que *“o descasamento do fluxo de caixa em função do ciclo financeiro ocorre porque, do momento que ele paga até o momento que ele recebe, a maioria das MPEs não têm giro próprio para se financiar durante esse tempo”*.

A falta de gestão financeira adequada como motivo para utilização de capital de giro por parte das MPEs permeia praticamente todas as respostas, e muitos exemplos foram citados, como pelo entrevistado 4: *“Percebemos que às vezes ocorrem desencaixes no fluxo de caixa de algumas MPEs, em função de, por exemplo, um investimento realizado com recursos do caixa da empresa, o que em seguida faz falta para o fluxo normal”*. Isto ocasiona a necessidade de utilização de linha de capital de giro, em condições de custo e prazo menos favoráveis do que poderiam ter sido obtidos. O entrevistado 9 relata que as MPEs se obrigam a buscar giro junto aos bancos:

“às vezes pela margem comprometida, ou até mesmo para tentar salvar o seu negócio, mas dificilmente como algo planejado, como algo estratégico. E isso muito porque o empresário não está preparado, ele não tem formação para entender o crédito como instrumento de gestão para sua empresa”.

Conforme mencionado por alguns dos respondentes, em função do momento atípico de pandemia que está sendo enfrentado, a maioria das MPEs está tendo muita dificuldade de manter a sua atividade em condições normais, e a utilização de linhas de capital de giro por essas empresas, nesse momento, tem o objetivo de manter a empresa funcionando.

Outras empresas tiveram seus setores de atividade aquecidos durante a pandemia, com aumento da demanda de seus produtos e serviços. Ocorre que alguns tipos de matéria-prima tiveram problemas de continuidade de fornecimento durante o período, o que levou muitas empresas a antecipar compras de matéria-prima, utilizando-se de operações de giro para isso, possibilitando compras maiores, barganhando preço e garantindo o abastecimento da empresa. Esse fato foi citado por muitos dos respondentes, inclusive ressaltando que algumas MPEs mais organizadas e preparadas já utilizavam essa prática mesmo antes da pandemia, como o respondente 15 que relata que *“muitas MPEs utilizam operações de giro para negociarem a compra de matéria-prima com desconto, diminuindo assim seu custo de operação”*. E complementa que, no momento atual, *“aproveitar o preço, com compras maiores e não ficar exposto ao risco de escassez de matéria-prima, garante a continuidade da empresa”*.

4.7 Percentual de operações de capital de giro, demandado pelas MPEs, que são atendidos

Em relação ao percentual de operações de capital de giro, demandado pelas MPEs, que são atendidos, os respondentes ficaram bastante divididos, sendo que sete responderam que de 25% a 50% são atendidos e oito dos 15 respondentes afirmaram que mais de 50%. Muitos fizeram ressalvas que, na maioria das demandas, o atendimento não ocorre exatamente como o solicitado, e os principais motivos para o não atendimento se refere às garantias e à falta de capacidade de pagamento. Alguns respondentes, como o 10, fizeram ressalvas de que: *“a maioria do mercado das MPEs no Brasil ainda não está dentro dos bancos, ainda não está bancarizado”*.

Quanto à ressalva de que na maioria das demandas o atendimento não ocorre exatamente como o demandado pelas empresas, conforme citação do respondente 6, *“a forma como o negócio está desenhado na cabeça do empreendedor, às vezes não é a melhor alternativa”*.

Os principais motivos citados para o não atendimento das solicitações, para a maioria dos entrevistados, são a falta de garantias, em função das questões patrimoniais das MPEs, como já foi tratado anteriormente, bem como a falta de capacidade de pagamento por parte das empresas. Esta pode estar relacionada ao nível já elevado de endividamento da empresa, como citado pelos entrevistados 2, 6, 9 e 10, por exemplo. Ou, como sugere o respondente 9, isso ocorreria *“por falta de planejamento das empresas, buscam crédito quando as dificuldades já são extremas”*, o que é reforçado pelo entrevistado 10, para quem muitas empresas *“demandam o crédito justamente quando já não têm mais condições de cumprir com as obrigações financeiras”*.

4.8 Maiores dificuldades para a concessão de crédito para as MPEs

Quando questionados a respeito de quais seriam as maiores dificuldades para a concessão de crédito para as MPEs, a questão das garantias foi unânime, aparecendo em todos os questionários, mesmo antes da parte dois da pergunta, onde foram apresentados aspectos relevantes observados na literatura, tais como dificuldade de informações contábeis confiáveis (PEZZI, 2005), (MORAIS, 2005), (CORREIA, 2018), alto custo financeiro do crédito (taxa de juros) (ZICA et al. 2006), (PIMENTA e SILVA, 2017), (CORREIA, 2018) e dificuldade de apresentar garantias (PEZZI, 2005), (CORREIA, 2018), (ALFAZEMA, 2019). A falta de especialização, de formação do empresário, bem como a carência de apoio e orientação de órgãos especializados também foram lembrados por alguns dos entrevistados. Por fim, além das já citadas, também surgiram respostas relacionadas à capacidade de pagamento e ao alto endividamento, além da fragilidade financeira – questões que ficaram mais evidentes em tempos de pandemia.

Como já mencionado, todos os respondentes citaram as garantias como sendo um dos principais dificultadores para a concessão de crédito, pois, no universo das MPEs, a questão patrimonial das empresas, no geral, é bastante frágil, dificultando a apresentação de garantias. Não somente a questão patrimonial, mas também a

quantidade de recebíveis disponíveis, que normalmente é aceita pelos bancos como garantia, conforme exemplificado na citação do entrevistado 2, que relata que *“a maioria delas não têm patrimônio livre para utilização como garantia, seja um imóvel, ou uma máquina, ou até mesmo os recebíveis, os quais normalmente já estão comprometidos em antecipações”*. Isso também aparece na citação do respondente 6, que descreve que *“muitos dos empreendedores, para iniciar os negócios, investem todo o capital que têm à disposição, muitas vezes inclusive se desfazendo de patrimônio – vende casa, vende carro, tudo para colocar o negócio em pé”*.

O alto custo financeiro do crédito dividiu um pouco os participantes, sendo que a maioria considera que influencia, mas alguns respondentes não consideram o custo como relevante para o universo das MPEs, afirmando que atualmente as condições são bastante favoráveis em questão de taxa de juros, como exemplifica o entrevistado 6: *“se utilizado de forma correta, com uma destinação adequada, seja para redução de outros custos, compras com desconto, dentre tantas possibilidades, com o custo médio do capital de giro atual dá para colocar dentro do negócio”*, não sendo relevante para a concessão. Essa percepção é complementada pelo respondente 9, quando relata que *“percebe algumas empresas buscando capital de giro no mercado, com taxas mais altas que as das instituições financeiras, justamente por ser mais prático, com menos exigências e menos burocrático”*.

As dificuldades de informações contábeis confiáveis foram outro tema que dividiu os respondentes, sendo que alguns consideram que, para as MPEs, as instituições financeiras já não exigem escritura contábil, até porque, para esse porte de empresas, por flexibilização inclusive de legislação¹⁰, não é obrigatória. No entanto, a maioria dos respondentes considera relevante, no sentido de que as instituições precisam entender o funcionamento das empresas, o que é faturamento, o que é custo, o que é margem de lucros. Fato este que é muito dificultado, pois, no Brasil, principalmente entre as MPEs, temos a cultura do balanço fiscal e do balanço gerencial, sendo que algumas empresas acabam por ocultar boa parte do faturamento para pagar menos impostos, conforme exemplifica o entrevistado 12, que relata que *“as empresas tributadas pelo simples, às vezes têm o faturamento bem maior, mas que por questões fiscais acabam não declarando, dificultando a análise adequada das instituições financeiras”*.

¹⁰ Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – Lei complementar 123/2011 republicada em atendimento ao disposto no artigo 5º da lei complementar 139/2011.

A capacidade de pagamento, o alto endividamento, a fragilidade financeira e o limite de crédito também foram citados por muitos dos respondentes. A fragilidade financeira das MPEs foi mencionada pelo entrevistado 6, pois, de acordo com ele,

“as MPES, muitas vezes, não têm condições de enfrentar nem mínimos solavancos da economia, e que o alto endividamento, pode ser comparado na questão do crédito como remédio ou veneno, que quando utilizado na medida certa é remédio, quando exagerada a dose pode se tornar veneno”.

Assim, o alto endividamento, juntamente com outras variáveis, prejudica a análise do limite de crédito e a capacidade de pagamento das empresas.

A falta de formação e de especialização dos dirigentes das MPEs também foi citada por muitos dos respondentes, com referências como a do entrevistado 6, que relata que *“o empresário é tipo um faz tudo na empresa, cuida do marketing, do comercial, do financeiro, dos recursos humanos, dentre muitas outras atividades”*. Isso dificulta o acompanhamento em profundidade de todos os setores da empresa, além da falta de formação, exemplificada pelo respondente 2, na questão financeira da empresa, relatando que *“muitos empresários ainda utilizam a tradicional conta de padeiro para analisar se a empresa está operando no lucro ou não”*. Reflexão complementar é apresentada pelo entrevistado 9, que afirma que

“faz muita falta uma melhor formação do empresário, uma melhor orientação, de mais assistência especializada. O modelo que está dando certo, temos o dos agronegócios no Brasil, por exemplo, diversas instituições, com muitos técnicos vinculados em seus quadros de funcionários, para poderem auxiliar os agricultores, o que não temos para o segmento das MPEs”.

4.9 Aspectos que determinam uma maior demanda de crédito por parte das MPEs

Por fim, foi questionado aos entrevistados quais os aspectos que determinam uma maior demanda de crédito por parte das MPEs, de forma aberta e sem questões pré-estabelecidas. As respostas foram bastante variadas, como: o próprio cenário econômico, mais vinculado à ampliação da atividade econômica no país ou localmente, consumo, inflação e Selic. Também foram elencadas questões com relação mais direta ao crédito, custo financeiro e prazo, bem como questões mais

vinculadas ao empresário, como confiança do empresário no futuro da economia e da empresa e a formação ou preparo financeiro dos dirigentes.

As questões relacionadas pelos respondentes vinculadas ao cenário econômico fazem menção tanto a períodos de prosperidade quanto a períodos de maiores dificuldades econômicas. Nos momentos de prosperidade ocorre ampliação da atividade econômica e do consumo, normalmente com inflação controlada e Selic em condição de estabilidade. O aumento do consumo leva a aumento do faturamento, com ampliação da necessidade de capital de giro, tanto para compra de estoques quanto para ajustamentos dos ciclos financeiros. Esses pontos foram destacados pelo respondente 4, que menciona que o:

“crescimento das vendas demanda capital de giro para compra de mais matéria-prima ou produtos a serem revendidos. O que, normalmente, em função das margens de lucros apertadas, não possibilitam que a empresa faça formação de reserva para fazer frente a esses momentos”.

Isso é reforçado pelo respondente 7, quando ele cita que:

“quando o aumento da demanda ocorre em função da atividade econômica, o que ocorre é simples, a economia começa a rodar mais, ocorre aumento da demanda de produtos e serviços, aumentando a necessidade de entrega das empresas e, com isso, a necessidade de capital de giro para fazer frente”.

No caso das MPEs, em situação de normalidade, faltam reservas financeiras para aplicar no aumento da atividade, então elas demandam financiamento externo.

Quando o que ocorre é o oposto, ou seja, uma diminuição da atividade econômica, as empresas acabam tendo diminuição das vendas, com dificuldades de transformar os estoques em caixa, gerando necessidade de capital de giro para custear o funcionamento das empresas, como citado pelo respondente 10, que afirma que *“nos momentos da pandemia, que ocorreram as piores baixas na atividade econômica, a grande maioria das MPEs demandou crédito para poder manter os seus negócios funcionando, sustentar os seus negócios”*. Isso é reforçado pelo respondente 3, que destaca que:

“hoje uma fatia bem grande das MPEs, está sofrendo com a diminuição das vendas, o que ocasionou redução dos faturamentos e das margens, com conseqüente redução nos ganhos, obrigando as empresas a recorrerem a financiamento bancário para pagar os custos de funcionamento das empresas”.

Algumas questões com relação mais direta ao crédito, como custo financeiro e prazo, foram citadas como determinantes da demanda, por autores como Attanasio et al. (2008), Coelho et al. (2017), Negri et al. (2019) e também por muitos dos respondentes, como na resposta do entrevistado 13, por exemplo, quando argumenta que o que tira as MPEs de cima do muro, o que impulsiona a decisão do empresário para a tomada de crédito para capital de giro, ainda é, no final das contas, o casamento entre as *“condições oferecidas pelas instituições financeiras e a disponibilidade, capacidade de adequação da empresa a essas condições”* – condições relacionadas aos custos vinculados à operação e ao prazo disponibilizado, os quais influenciam diretamente em questões como a capacidade de pagamento das empresas e o montante de recursos que podem ser obtidos.

Foram citados também alguns indicadores vinculados ao empresário. O primeiro deles foi a baixa formação ou preparo financeiro dos dirigentes, mencionada muitas vezes no decorrer da entrevista, assim como nessa questão. O entrevistado 2, por exemplo, relata que:

“as MPEs têm muita dificuldade para fazer a condução financeira, inclusive na escrituração contábil, não ficando claro para alguns dirigentes se uma operação está funcionando com lucro ou não, misturando operações boas com operações ruins, misturando prejuízos e lucros”.

Isso acaba aumentando a necessidade de utilização de linhas de capital de giro para custear despesas não planejadas, geradas por descontroles ou falta de planejamento. Isto é reforçado pelo entrevistado 1, quando afirma que a *“falta de preparo, formação para o empresário, para entender tanto o funcionamento da sua empresa quanto a do mercado. Em alguns momentos, esse despreparo gera demanda de capital de giro, muito para apagar incêndios”*, como exemplificado na questão da

“concessão de prazo para os clientes realizarem os pagamentos, onde, por uma interpretação incorreta do ciclo financeiro, a empresa financia seus clientes com recursos que não tem, dessa forma, gerando a necessidade de financiamento externo para adequação. Questão muito comum entre as MPEs”.

Outro indicador vinculado ao empresário, levantado pelos respondentes, faz menção à confiança do empresário no futuro da economia e da empresa, relatando

que, quando o empresário entende que o futuro oferece estabilidade e oportunidade de crescimento, ele entra forte nos negócios, buscando recursos externos para se preparar, como citado pelo respondente 12, que afirma que *“quando o empresário está otimista quanto ao futuro da economia, ele fica com vontade de investir, com vontade de crescer e de aproveitar as oportunidades, querendo tirar os projetos da gaveta, gerando demanda por crédito para viabilizar esses projetos”*. O entrevistado 14 reforça esse ponto, afirmando que a confiança no mercado move o empresário,

“se eles estão otimistas quanto ao futuro, se vislumbram um crescimento à frente, acompanhado de possibilidades de ganho, eles apostam. Demandam recursos de terceiros no presente, para comprar matéria-prima, para comprar máquinas e equipamentos, para comprar mercadorias a serem revendidas, acreditando na otimização do retorno no futuro”.

E, da mesma forma, quando as expectativas para o futuro não são boas, *“os empresários se retraem, engavetando projetos, diminuindo investimentos e buscando o mínimo possível de recursos de terceiros”*.

4.10 Determinantes da demanda de crédito

Essa questão é complementar à anterior, no entanto, incluímos no enunciado uma relação de indicadores que afetam a demanda de crédito, obtidos por meio da revisão de literatura, buscando o entendimento dos respondentes se, para as MPEs, de fato, esses indicadores impactam a demanda de crédito. Além disso, busca-se compreender de que forma ocorre esse impacto, se de forma positiva ou negativa na demanda por crédito por parte das MPEs, além do ranqueamento de sua importância, conforme percepção dos respondentes.

Foram sete os fatores identificados como principais na literatura, por autores como Koyama (2007), Attanasio et al. (2008), Alan et al. (2012), Silveira (2013), Silva e Moraes (2013), Balaguera e Diaz (2014), Brasil (2016) e Negri et al. (2019), os quais foram trazidos no questionário: taxa de juros secundárias, inflação, crédito, duração da operação, crescimento do PIB, Selic, e tamanho ou porte da empresa. Toda vez que respondentes apresentavam, na questão anterior, algum fator que não estava contemplado entre os sete da literatura naquele questionário, esse indicador era incluído. Além dos sete, foram levantados os indicadores de consumo, formação, preparo do dirigente e confiança do empresário em relação ao futuro da economia.

Dos sete indicadores identificados pela literatura, classificados em ordem de importância pelos entrevistados, o mais relevante, ponderadas as respostas apresentadas, foi a taxa de juros, seguido de Selic, crédito, PIB, duração da operação, porte da empresa e, por último, inflação. Quanto à forma que esse impacto ocorre, em relação à taxa de juros, Selic e inflação, na opinião da maioria dos respondentes, essa relação é negativa. Já para os indicadores crédito, PIB, duração da operação e porte da empresa, essa relação é positiva.

Os sete indicadores trazidos acima coincidem com os identificados na literatura, conforme apresentado anteriormente, enquanto abaixo são referenciados três indicadores para as MPEs, trazidos pelos entrevistados, que não foram identificados como relevantes, nos estudos verificados, conforme capítulo de revisão de literatura desse trabalho. São eles: formação ou preparo dos empresários, consumo e confiança dos empresários no futuro.

Em relação à formação ou ao preparo dos empresários, no caso das MPEs, dá-se uma relação negativa, ou seja, quanto maior a formação e o preparo do empresário, menor a demanda por capital de giro, conforme citação do entrevistado 1: *“Falta preparo para fazer análises antecipadamente, se organizar para as despesas que naturalmente ocorrem durante o ano. Muito comum as MPEs recorrerem a linhas de capital de giro para pagamento do décimo terceiro salário, por exemplo.”* Ou mesmo a situação do ciclo financeiro que, de acordo com o mesmo, *“por despreparo, falta de organização muitas empresas realizam suas compras com prazo curto e concedem na venda, sem análise adequada, prazos mais longos aos seus clientes. Ocorre que, quando se dá conta, a dificuldade está batendo à sua porta”*, gerando necessidade de tomada de crédito de terceiros.

No caso do consumo, a relação apresentada com a demanda de crédito é positiva, como foi relatado anteriormente, inclusive com exemplos trazidos pelos respondentes 4 e 7, relativos ao aumento da necessidade de capital de giro em função do aumento do consumo de seus produtos e serviços. Como a maioria das MPEs trabalham com margens apertadas, o ajustamento do caixa acaba ocorrendo pela utilização de linhas de capital de giro.

A confiança dos empresários também é referida com relação positiva com a demanda de crédito capital de giro, pois quanto mais os empresários acreditam na estabilidade ou na melhora nas condições futuras para o seu negócio, mais tentam se antecipar para aproveitar ao máximo as oportunidades. Isso faz com que as empresas

aumentem compras de estoque de matéria-prima e investimentos em desenvolvimento de novos projetos, o que gera aumento da necessidade de capital de giro para fazer frente.

Em resumo, houve convergência nos principais componentes da demanda de crédito trazidos na literatura e os determinantes para a modalidade capital de giro identificados pelos entrevistados, para as MPEs. No entanto, alguns aspectos como consumo, confiança dos empresários e formação ou preparo dos empresários, foram levantados pelos respondentes como relevantes e não constam na literatura.

4.11 Quadro resumo dos determinantes da demanda de crédito

Quadro 3 - Determinantes da Demanda de Crédito Relacionados Pelos Respondentes

Determinantes da Demanda de Crédito Bancário Relacionados nas Entrevistas	Coincidente/Não coincidente com a literatura
Taxa de Juros, Inflação, Crédito, Prazo, PIB, Selic, Porte da Empresa	Coincidente
Consumo	Não coincidente
Formação ou preparo do empresário	Não coincidente
Confiança do empresário	Não coincidente

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral dessa dissertação foi identificar os principais determinantes da demanda por crédito, na modalidade capital de giro, para micro e pequenas empresas no Brasil, pois, apesar de inúmeros trabalhos estudarem a demanda de crédito no país, poucos têm como objeto central a demanda de crédito para as MPEs, e um número menor ainda trata especificamente da demanda por capital de giro por parte deste segmento. Outra questão importante é que essa modalidade de crédito vem crescendo nos últimos anos, o que fica evidenciado no Gráfico 1, no comparativo com a utilização de crédito livre total. Enquanto o crédito livre total para as empresas cresceu 20,77% em comparação ao PIB, do ano de 2002 até o ano de 2019, a modalidade capital de giro cresceu 215% neste período. Se for considerado que, conforme apresentado na Tabela 2, as MPEs representam mais de 97% das empresas no país e são responsáveis por 50% da massa salarial no país e por 30% do Produto Interno, a relevância do estudo fica mais evidente.

Para cumprir com os objetivos desse trabalho foi utilizada uma metodologia de natureza qualitativa com abordagem exploratória, por intermédio de revisão de literatura, entrevista qualitativa semiestruturada e análise de conteúdo.

No campo empírico, foram explorados os principais temas considerados relevantes para a conclusão dos objetivos propostos. O primeiro assunto tratado foi a Definição e Relevância das MPEs, com caracterização dos critérios utilizados para a classificação como MPEs, bem como a relevância em função tanto da geração de renda, emprego e distribuição de renda no país, com dados pesquisados principalmente nos sites dos BNDES, Bacen, Sebrae e da Presidência da República. O segundo assunto foi a Evolução do crédito, trazendo uma caracterização do sistema bancário nacional, características de concentração, novos entrantes como cooperativas e *fintechs*, bem como comparativos, tanto entre crescimento do PIB e crédito, quanto em modalidades de crédito livre, recursos controlados, PF e PJ – todos tendo como base as séries históricas dos últimos anos, consultadas na base do Bacen, principalmente no relatório de Economia Bancária de 2018, bem como no site do BNDES e Sebrae. O terceiro assunto foi MPE e as condições de acesso ao crédito, sobre o qual apresentou-se literatura tanto nacional quanto internacional, identificando as principais dificuldades encontradas por parte das MPEs para ter acesso ao crédito bancário, sendo as mais evidenciadas a dificuldade de informações contábeis

confiáveis, o alto custo financeiro do crédito e as dificuldades de apresentar garantias – motivos estes com maior quantidade de citações na literatura. O único trabalho identificado com as três citações foi o de Correia (2018), mas muitos outros também trataram do assunto, como Pezzi (2005), Matias (2009), Wernke et al. (2017), Pimenta e Silva (2017), dentre outros. O quarto e último tema abordado na revisão de literatura foi o dos determinantes do crédito, o qual teve como objetivo levantar os principais determinantes da demanda de crédito bancário para as MPEs, ou com possibilidades de se estabelecer paralelos com as MPEs. Oito determinantes apareceram com maior número de citações na literatura, sendo um deles desconsiderado em função de tratar mais do público PF do que do PJ: a taxa de desemprego. Os sete que foram mantidos são: a taxa de juros, a inflação, o crédito disponível, a duração ou prazo das operações, o PIB, a Selic e o tamanho ou porte da empresa, sendo que taxa de juros foi citada em todos os trabalhos estudados. Foram utilizados autores como Mendonça e Sachsida (2013), Coelho et al. (2017), Negri et al. (2019), Evangelista e Araújo (2018), Reginato et al. (2020), dentre outros.

Foi possível observar, através das entrevistas realizadas, que, na percepção dos entrevistados, a evolução recente do crédito está muito vinculada aos momentos históricos, tanto econômicos quanto políticos do país, e que há uma alternância entre momentos de maior liberalidade com momentos de maior retração no crédito para as MPEs, bem como da importância do crédito para as empresas no funcionamento da economia nacional, principalmente no emprego e na renda. Essa alternância pode ser observada a partir do ano de 2007, tanto pelas citações dos entrevistados, quanto pela literatura pesquisada, sendo que ocorreu um grande crescimento do volume de crédito até o final do ano de 2014, muito vinculado às expectativas de investimentos com a realização tanto da Copa do Mundo quanto das Olimpíadas no país, e que, após passado esse momento, ocorreu uma reversão desse cenário, de forma que as MPEs foram bastante penalizadas nesse segundo momento. Isto fica evidente quando comparamos ao apresentado no Gráfico 1, com a queda significativa a partir do final do ano de 2014 dos volumes tomados pelas empresas, tanto em recursos livres totais quanto somente para capital de giro, com reversão somente no início do ano de 2017.

Foi observado também que, nas principais dificuldades de acesso ao crédito citadas pelos entrevistados, a questão das garantias apareceu como a mais relevante, sendo mencionada por todos os respondentes, mesmo antes da apresentação dos principais dificultadores para a literatura. Os outros dois temas trazidos pela literatura

– o alto custo financeiro e as dificuldades de informações contábeis – dividiram os respondentes, sendo que a maioria convergiu com a literatura, mas com muitas respostas divergentes a respeito da relevância como dificultador atualmente. Para os entrevistados, elementos como a questão da falta de especialização, de formação do empresário, não encontrado na literatura pesquisada, bem como a falta de apoio e orientação de órgãos especializados, encontrado na publicação de Correia (2018), também apareceram como relevantes.

Referente aos componentes da demanda de crédito por parte das MPEs na modalidade de capital de giro, observou-se na resposta dos entrevistados os sete principais determinantes, concordando, inclusive, na direção do impacto, sendo a taxa de juros, a inflação e a Selic com efeito negativo, e duração da operação, limite de crédito, crescimento do PIB e porte da empresa com efeito positivo. Com relação à classificação da importância, os entrevistados consideraram a seguinte ordem: taxa de juros, Selic, limite de crédito, crescimento do PIB, duração da operação, porte da empresa e inflação. Há concordância entre os entrevistados e os autores utilizados em relação à taxa de juros, pois foi o determinante do crédito com maior número de citações na literatura.

Além dos sete determinantes também referenciados na literatura, para os entrevistados outros três foram citados como relevantes para a demanda de crédito por parte das MPEs. São eles: consumo, formação ou preparo dos dirigentes e confiança dos empresários no futuro. O aumento do consumo, na opinião dos entrevistados, leva ao aumento das vendas, com aumento do faturamento, e consequente aumento da necessidade de capital de giro. Isso ocorre porque as MPEs normalmente trabalham com margens bem apertadas, não conseguindo constituir muita reserva para ampliação da atividade. Quando ocorre o aumento das vendas, cresce a necessidade de compra de estoques de matéria-prima e/ou de mercadorias, e muitas vezes também ocorre a necessidade de ampliação do ciclo financeiro para acompanhar o mercado, aumentando a necessidade de capital de giro para fazer frente. Com relação positiva, quanto maior o consumo maior a demanda de crédito bancário na modalidade capital de giro para as MPEs. Em relação à formação ou preparo dos empresários, no caso das MPEs, é dada como negativa, ou seja, quanto maior a formação ou preparo do empresário, menor a demanda por capital de giro. Segundo os respondentes, falta preparo dos empresários para fazer análises antecipadas, inclusive para despesas recorrentes ano a ano, como no exemplo citado

da grande quantidade de MPEs que buscam as instituições financeiras para operações de giro para pagamento do décimo terceiro salário, para a compra de máquinas e equipamentos ou mesmo em questões relacionadas ao ciclo financeiro por ampliação de prazo de recebimento, ou ainda diminuição dos prazos de pagamento, sem prévia análise, desencadeando a necessidade de operação de giro para cobrir a diferença não prevista. Além disso, a confiança dos empresários no futuro apareceu com certa recorrência, sempre com relação positiva, pois quanto mais os empresários acreditam na estabilidade ou na melhora das condições futuras para a sua empresa, mais eles tentarão se antecipar para aproveitar ao máximo todas as oportunidades. Essa antecipação normalmente demanda aumento da compra de estoques, tanto de matéria-prima quanto de produtos acabados, como também o aumento de investimentos no desenvolvimento ou ampliação de projetos, gerando uma necessidade de recursos tanto para o investimento quanto para o capital de giro.

Apesar das contribuições apresentadas, algumas limitações foram encontradas. A primeira delas se refere à definição da população-alvo e sujeitos da pesquisa, pois o trabalho foi realizado em apenas uma instituição financeira, e apenas no estado do Rio Grande do Sul. As contribuições do estudo poderiam ser mais robustas se envolvessem mais instituições financeiras e uma maior abrangência geográfica.

Também é considerada limitação desse estudo a realização da entrevista somente com profissionais vinculados a instituições financeiras, pois, dessa forma, não foi possível alcançar uma fatia considerável das MPEs, as quais ainda não são bancarizadas.

Outro ponto relevante e que poderia ampliar os resultados da pesquisa é a utilização de uma análise quantitativa, com emprego de séries históricas dos componentes da demanda encontrados, juntamente com utilização de modelo econométrico, para testar os efeitos dos resultados encontrados. Para futuras pesquisas, sugere-se a realização de estudo quantitativo, com utilização das séries temporais dos determinantes da demanda encontrados, para testar seus impactos na demanda de crédito para as MPEs.

Também se indica a realização de pesquisa qualitativa, utilizando como sujeitos do estudo as MPEs da mesma região, possibilitando um comparativo com os resultados encontrados no trabalho realizado com os profissionais do setor financeiro. Estudo que também possibilitaria a utilização de empresas não bancarizadas.

Esta pesquisa foi realizada com cunho exploratório, gerando a possibilidade de estudos futuros com utilização de algumas das questões levantadas. Espera-se a possibilidade de exploração acadêmica futura para dar continuidade e aprofundamento dos resultados encontrados, pois ainda há pouca literatura no Brasil a respeito da demanda de crédito bancário por parte das MPEs – assunto muito relevante e que ainda pode ser bastante aprofundado.

REFERÊNCIAS

ALAN, S.; DUMITRESCU, R.; LORANTH, G. Subprime Consumer Credit Demand: Evidence from a Lender's Price Experiment. **SSRN Electronic Journal**, 2012.

ALFAZEMA, A. J. **Reestruturação do Sistema Financeiro e seu Impacto na Concessão do Crédito Bancário às Pequenas e Médias Empresas em Moçambique (2000 -2017)**. [s.l.: s.n.].

ALMEIDA, F. D.; DIVINO, J. A. Determinantes Do Crédito Bancário No Brasil: Uma Análise De Fatores Micro E Macroeconômicos De 2001 a 2012. **Análise Econômica**, v. 35, n. 68, p. 31–58, 2017.

AOKI, V. C. G.; BADALOTTI, R. M. Dificuldades e perspectivas no acesso de micro e pequenas empresas a linhas de crédito públicas: O caso de Chapecó. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 5, p. 1305–1328, 2014.

ARGOLO, T.; ROCHA, F.; CHAVES, V. A estratégia e a vantagem competitiva: Estudo de caso *fintech* Nubank. **Revista Gestin**, n. 18/19, p. 393–403, 2019.

ATTANASIO, O. P.; GOLDBERG, P. K.; KYRIAZIDOU, E. Credit constraints in the market for consumer durables: Evidence from micro data on car loans. **International Economic Review**, v. 49, n. 2, p. 401–436, 2008.

BALAGUERA, J. M. B.; DIAZ, L. F. **Modelo de Demanda de Crédito Bancario para Empresas en Colombia**. 2014. 68 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. Disponível em: <https://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/aviso.asp?frame=1> Acesso em: 12 de abril de 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Trading Economics**. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/brazil/gdp-growth-annual> Acesso em: 12 de abril 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária 2018**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BNDES. **Porte de Empresa**. Disponível em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa> Acesso em: out. de 2020.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 123, De 14 De Dezembro De 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm Acesso em: 12 de abril de 2020.

BRASIL, G. C. **Variáveis para Obtenção de Crédito Bancário**. 2016. 87 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação e Pesquisa do Mestrado Profissional em Administração, Faculdade Alves Faria (ALFA), Goiania, 2016.

COELHO, C.; DE MELLO, J. M. P.; GARCIA, M.; RIGOBON, R. A Method for Identifying Aggregate Credit Supply and Demand Parameters Using Heteroskedascity: An Application for Brazil. **Econ.Puc-Rio**, p. 28, 2017.

CALZA, A.; GARTNER, C.; SOUSA, J. Modelling the demand for loans to the private sector in the euro area. **Applied Economics**, v. 35, n. 1, p. 107–117, 2003.

CANUTO, O. Crédito para pequenas e médias empresas no Brasil. **FEA-USP**, n. 2002, p. 119–138, 2002.

CARVALHO, C. J. DE; SCHIOZER, R. F. Determinants of supply and demand for trade credit by micro, small and medium-sized enterprises. **Revista Contabilidade e Financas**, v. 26, n. 68, p. 208–222, 2015.

CHICK, V. A Evolução do Sistema Bancário e a Teoria da Poupança, do Investimento e dos Juros. **Ensaio FEE**, p. 23, 1994.

CHUEKE, G. V.; LIMA, M. C. Pesquisa Qualitativa: Evolução e Critérios. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 128, p. 63–69, 2011.

CORREIA, L. T. S. **Dificuldade das PME(s) obterem Financiamento**: Estudo de caso em Portugal. 2018. 45 f. Dissertação (Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira). Universidade do Minho - Escola de Economia e Gestão. 2018.

COSTA, A. P. N. DA; LEANDRO, L. A. DE L. O Atual Cenário Das Micro E Pequenas Empresas No Brasil. **Tópicos em Administração – Volume 35**, 2016.

DRAGO, H. F.; MOURA, G. L. DE; MARCHI, J. A mudança de comportamento das instituições bancárias brasileiras em relação às linhas de crédito para Micro e Pequenas Empresas (MPE's) frente à crise econômica mundial de 2008. **Revista Espacios**, v. 38, n. 2, p. 11–40, 2017.

EVANGELISTA, T. F.; ARAÚJO, E. C. DE. a Eficácia Do Crédito Como Canal De Transmissão Da Política Monetária No Brasil: Estratégia De Identificação Da Oferta E Demanda De Crédito. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 2, p. 1–16, 2018.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa** / Uwe Flick. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FLORES, S. A. M.; MOTTA, J. F. M.; RONCATO, P. E. DOS S. Perfil e Crédito para Micro e Pequenas Empresas: uma Análise em Santana do Livramento (RS). **Revista URI-FW**, v. 53, n. 9, p. 1689–1699, 2018.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, p. 57–63, 1995.

IKEDA, A. A. Reflections On Qualitative Research In Business. **Revista de Gestão USP**, p. 64, 2009.

KOYAMA, S. M. **Empréstimos Bancários e Operações de Redesconto: Um Estudo Sobre Modelos de Demanda Para Instituições Financeiras**. 2007. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MATIAS, M. N. A assimetria informacional no financiamento das micro e pequenas empresas. **Revista da OTOC**, p. 56–60, 2009.

MENDONÇA, M. J.; SACHSIDA, A. Identificando a demanda e a oferta de crédito bancário no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Textos para Discussão**, v. 1837. pp. 1–32, 2013.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Governo destaca papel da Micro e Pequena Empresa para a economia do país**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/outubro/governo-destaca-papel-da-micro-e-pequena-empresa-para-a-economia-do-pais>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

MORA, M. A Evolução Do Crédito No Brasil Entre 2003 E 2010. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Textos para Discussão**, v. 2022, pp. 1–59, 2015.

MORAES, R. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, p. 7–32, 1999.

MORAIS, J. M. Empresas de Pequeno Porte e as Condições de Acesso ao Crédito: falhas de mercado, inadequações legais e condicionantes macroeconômicos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Textos para Discussão**, v. 1189, p. 1–53, 2006.

MORAIS, J. M. DE. Crédito bancário no Brasil: participação das pequenas empresas e condições de acesso. **CEPAL - SERIE Desarrollo productivo**, n.168, Brasília, nov. 2015.

NEGRI, J. A. de A. et al. Elasticidades juros e prazo da demanda de crédito livre e direcionado no Brasil. **Radar (IPEA)**, n. 59, p. 21, abr. 2019.

NEGRI, J. A. de. et al. **Financiamento do desenvolvimento no Brasil**. (org) João Alberto De Negri, Bruno César Araújo, Ricardo Bacelette. Brasília: IPEA, 2018. 316 p

NITSCH, M.; KRAEMER, D. Garantias De Crédito Para Micro E Pequenas Empresas - Experiências Com Sistemas Entre Autoajuda, Fomento Público E Parcerias Público-Privadas. **Desafios e Perspectivas - Sebrae**, v. 5, p. 233–247, 2013.

NOGUEIRA, M. O.; OLIVEIRA, J. M. DE. Da baleia ao ornitorrinco: contribuições para a compreensão do universo das micro e pequenas empresas brasileiras. **Radar (IPEA)**, n. 25, p. 7–18, 2013.

OLIVEIRA, H. DE S.; LUPORINI, V. M.; MELO, A. DE. Oferta e Demanda por Crédito Bancário: uma análise empírica do caso brasileiro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, p. 1–29, 2015.

PEZZI, S. L. **Acesso Ao Crédito Por Parte Das Micro E Pequenas Empresas Brasileiras No Período Pós-Plano Real**. 2005. 133 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PIMENTA, A. M. R.; SILVA, D. R. Análise do Financiamento do Capital de Giro de Micro e Pequenas Empresas de Ituiutaba-MG. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 11, n. 3, p. 68-85, 2017.

QUADROS, S. E. G. DE. **Internacionalização Do Renminbi: A Percepção Das Empresas Brasileiras Em Relação Ao Processo De Internacionalização Da Moeda Da China**. 2020. 94 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Negócios) - Programa de Pós-Graduação em Gestão e Negócios, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Porto Alegre, 2020.

REGINATO, V. G.; CUNHA, M. S.; VASCONCELOS, M. R. Determinantes do crédito bancário brasileiro: uma abordagem VAR para o período de 2000 a 2016. **Revista de Economia**, v. 41, n. 75, p. 187–210, 2020.

RÉVILLION, A. S. P. A Utilização de Pesquisas Exploratórias na Área de Marketing. **RIMAR - Revista Interdisciplinar de Marketing**, v. 2, n. 2, p. 21–37, 2003.

SEBRAE. Boletim de Estudos e Pesquisas. **Boletim UGE**, n. 61. dez. 2017. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/03/Boletim-Estudos-e-Pesquisas-12-2017.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise De Conteúdo: Exemplo De Aplicação Da Técnica Para Análise De Dados Qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, n. 1, 2015.

SILVA, T. L. F. DA; MORAES, G. I. DE. Determinantes Da Demanda Por Crédito Pessoa Física – Recursos Livres, No Período 2004-2011, Em Estados Seleccionados. **Journal of Chemical Information and Modeling**, v. 53, n. 9, p. 1689–1699, 2013.

SILVEIRA, C. E. B. Determinantes da demanda por crédito em cheque especial na economia brasileira. **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, v. 12, n. 2, p. 33–52, 2013.

WERNKE, R. *et al.* Características do financiamento do capital de giro de pequenas empresas do Sul de Santa Catarina. **REMIPE - Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco**, v. 3, n. 2, p. 211–242, 2017.

ZICA, R. M. F.; MARTINS, H. C.; CHAVES, A. F. B. Dificuldades e Perspectivas de Acesso ao Sistema Financeiro Nacional pelas Micro e Pequenas Empresas. **Egepe - Redegarantias.com**, p. 1–16, 2008.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

PARTE I: Questões Introdutórias

1 - Qual a sua formação?

- Ensino Médio
- Graduação
- Pós-Graduação
- Mestrado
- Doutorado
- Outros – Qual?

2 - Há quanto tempo você trabalha com crédito para empresas?

- há menos de 5 anos
- entre 5 e 10 anos
- mais de 10 anos

PARTE II: Questões Centrais

3 - Qual a sua percepção sobre a evolução do crédito para as MPEs no Brasil e na agência do banco em que você atua, nos últimos 10 anos?

Explique:

4 - Como você julga que o acesso ao crédito por parte das MPEs poderia impactar a economia nacional?

5 - Você percebe diferenças significativas na concessão de crédito em razão de alguma característica da empresa? Quais seriam?

Explique:

5.1 - Se o porte não foi citado: quais as diferenças percebidas na busca por crédito em relação ao porte das empresas?

6 - Você acredita que as MPEs tenham mais dificuldade de acesso ao crédito em comparação com empresas de maior porte?

Sim

Não

Explique:

7 - Quais os tipos de crédito mais demandados pelas MPEs?

Capital de Giro

Investimento

Comex

Outra linha – Qual?

8 – Na sua percepção, as MPEs, em sua maioria, recorrem a linhas de capital de giro por quais motivos:

Estratégia de crescimento

Custos

Outro

Não recorrem

Explique:

9 – Na sua percepção, qual o percentual de operações de capital de giro, demandadas pelas MPEs, que são atendidas:

menos de 25% do total

entre 25% e 50% do total

mais de 50% do total

10 – No seu entendimento, quais são as maiores dificuldades para a concessão de crédito para MPEs?

Explique:

10.1 - Dentre os aspectos abaixo, quais seriam os mais relevantes na sua opinião:

Dificuldade de informações contábeis confiáveis

Alto custo financeiro do crédito (taxa de juros)

Dificuldade de apresentar garantias

() Incluiria mais algum nessa lista? Qual?

11 - Quais os aspectos que você acredita que determinam uma maior demanda de crédito por parte das MPEs?

Explique:

12 - Você acredita que os fatores a seguir impactam as demandas das MPEs por crédito? Se sim, de que forma? Positiva ou negativa?

Variáveis	Sim	Não	Positivamente	Negativamente	Ranking
Taxa de Juros					
Inflação					
Crédito					
Duração da operação					
Crescimento do PIB					
Selic					
Tamanho ou porte da empresa					
Outra(s)					

Explique (outra & ranking):

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

Meu nome é Jorge Luiz Soares e sou Mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Negócios, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Estou fazendo uma pesquisa sobre a demanda de crédito bancário para micro e pequenas empresas (MPEs) no Brasil. O objetivo do estudo é analisar os principais determinantes da demanda de crédito para capital de giro das MPEs no Brasil.

Gostaria de convidá-lo(a) a participar da pesquisa. O procedimento utilizado será a entrevista, que será respondida por meio do aplicativo *Microsoft Teams*. A sua identidade será preservada, pois não serão divulgados nomes ou informações que possam identificar os envolvidos da pesquisa. Os dados obtidos serão utilizados somente para fins da pesquisa. Não há riscos, danos ou desconfortos, mas você poderá desistir do estudo a qualquer momento, sem prejuízo algum, se não se sentir confortável com as perguntas.

Você poderá obter informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados por meio do meu e-mail jorgeeluzz79@gmail.com e/ou do meu telefone (51) 98359-9333, ou do e-mail do meu orientador (aazevedo@unisinobr).

Sua concordância em cooperar nesta pesquisa se dará mediante sua participação na entrevista.

Jorge Luiz Soares

Silveira (2013)	Investigar os determinantes de crédito disponibilizados através da concessão de limite de crédito no cheque especial.	Modelo de regressão de resposta discreta com dados em painel balanceado. Utilização de dois modelos: um estático e outro dinâmico. Amostras utilizadas de outubro de 2004 a julho de 2010, com 56898 clientes da CEF.	Inflação e taxa de desemprego com forte impacto na demanda por cheque especial, além de rendimentos diferentes e demais variáveis geográficas – com exceção da escolaridade – também influenciaram de forma significativa.	Atraso; excesso; taxa empréstimo; idade; taxa de câmbio; taxa de inflação; taxa de desemprego; taxa de juros (Selic); operação crédito/PIB; e produção industrial.	Taxa de juros; taxa de inflação; taxa de desemprego.	
Silva, Moraes (2013)	Avaliar os fatores macroeconômicos que contribuíram para o crescimento da demanda por crédito no segmento PF com recursos livres, de 2004 a 2011.	Utilizou estimativa em painel com regressões aparentemente não correlacionadas (<i>Seemingly Unrelated Regression</i> - SUR) em seis estados brasileiros.	Além do nível de juros, a condição no mercado de trabalho, do desemprego e da renda média são decisivos para a demanda de crédito no segmento.	Taxa de desocupação; taxa de juros; e principalmente renda média.	Taxa de juros; taxa de desemprego; renda média.	
Balaguera, Diaz (2014)	Estimar uma função de demanda <i>ex post</i> de crédito bancário para as empresas da Colômbia.	Amostra de 9488 empresas com dados para o período de 2003 a 2012, com 94881 observações. Foram utilizados dados em painel e os estimadores utilizados foram Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e um modelo baseado no (GMM), o Método Generalizado de Momento.	Identificou-se relação positiva com o tamanho das empresas, oportunidades e garantias, bem como uma relação negativa com rentabilidade, solidez financeira, endividamento com fornecedores e taxa de juros.	Tamanho da empresa; Dinamismo empresarial; Rentabilidade; Garantias; força financeira; risco; nível de alavancagem com fornecedores; taxa.	Taxa de juros; tamanho da empresa; garantias.	Empresas de todos os portes.
Brasil (2016)	Identificar as principais variáveis que podem ou não facilitar na obtenção do crédito bancário.	Pesquisa bibliográfica, através de levantamento bibliográfico de artigos científicos e dissertações de mestrado e doutorado.	Identificou que os principais fatores dificultadores para o acesso ao crédito são: a insuficiência de garantias, crédito (escassez de recursos), a taxa de juros elevada, o risco de crédito e os indicadores de liquidez.	Garantias; crédito (escassez de recurso); taxa de juros; risco; indicadores de liquidez.	Taxa de juros; garantias; risco do crédito.	
De Negri, Alves et al. (2019)	Análise da relação entre os mercados de crédito livre e direcionado no Brasil.	Foram estimados elasticidade de juros e prazo da demanda de crédito, com informações de 378651 empresas, com 910 milhões de operações de crédito ativas mensalmente entre 2004 e 2017.	Os resultados indicam que a demanda de crédito e juros é elástica e maior para o crédito livre. Os juros são mais importantes para a contratação de crédito livre, enquanto o prazo é mais importante para a contratação de crédito direcionado.	Taxa de juros; <i>duration</i> ; risco do cliente; porte da empresa; empresa adimplente; IPCA.	Taxa de juros; tamanho da empresa; duração.	Empresas de todos os portes.

OFERTA E DEMANDA	Calza et al. (2003)	Estudar os determinantes dos empréstimos ao setor privado na área do euro.	Foi usada a metodologia de Johansen. A dinâmica de curto prazo da procura de empréstimos reais é modelada por meio de um <i>Vector Error Correction Model</i> (VECM). O período amostral utilizado foi do ano de 1980 a 1999.	Identificou-se relação de Co integração entre empréstimos reais, PIB e taxa de juros. Isso implica que, no longo prazo, os empréstimos reais estão positivamente relacionados ao PIB real e negativamente às taxas de juros reais de curto e longo prazo.	Variáveis utilizadas: empréstimo ao setor privado (<i>Loans</i>); PIB; taxa de juros real de curto prazo (ST); taxa de juros real de longo prazo (LT).	
	Mendonça e Sachsida (2013)	Estimar o sistema de oferta e demanda de crédito bancário no Brasil.	Utilização das variáveis instrumentais (IV), Método de momento Generalizado (GMM) e Método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) em três estágios (3SLS). Os dados foram agregados de junho de 2000 a agosto de 2012, tanto para PF quanto para PJ.	A demanda é pró cíclica, reagindo negativamente ao desemprego e positivamente ao PIB. Para a PJ, a elasticidade do preço da demanda é maior que para a PF, em função da maior quantidade de alternativas. Inadimplência, taxa de captação e inflação na função de oferta apresentaram os sinais esperados.	Taxa de financiamento; PIB; taxa de desemprego; CDB; inflação; e inadimplência.	
	Carvalho e Schiozer (2015)	Investigar determinantes da oferta e da demanda de crédito comerciais por micro, pequenas e médias empresas.	Utilização de <i>Path Analysis</i> com regressão simples, estimada por equações simultâneas. <i>Survey</i> com gestores de 481 firmas de 32 cidades dos estados de São Paulo e Minas Gerais, entre 2008 e 2010.	Constatou que crédito comercial e financiamento bancário de curto prazo são fontes complementares e não substitutas de recurso. A proporção de vendas a prazo, o prazo médio de recebimentos e o crescimento das vendas estão positivamente relacionadas à quantidade demandada de crédito comercial. A oferta de crédito comercial está diretamente relacionada à importância que o gestor dá para a oferta estratégica de crédito para o aumento das vendas.	Percentual de crédito a prazo; crescimento de vendas; prazo médio de recebimento; frequência de uso de operações de empréstimo; atraso no pagamento; proporção de vendas a prazo; proporção de contas recebidas no vencimento.	

	Coelho et al. (2017)	Identificar parâmetros agregados da oferta e da demanda de crédito no Brasil usando heterocedasticidade.	Utilizou modelo baseado na identificação de Rigobon (2003), que utilizou a heterocedasticidade, analisando tanto oferta quanto demanda ao mesmo tempo.	A demanda por empréstimo de capital de giro é elástica à taxa de juros e a demanda por empréstimos pessoais é bastante inelástica. As estimativas do lado da oferta foram estimadas de forma menos precisa.	Principais variáveis: elasticidade da taxa de juros, tanto para a oferta quanto para a demanda.	Para calcular a elasticidade foram utilizadas as variáveis: fluxo do crédito, tanto preço quanto quantidade com periodicidade diária. Como variáveis de controle: valor do índice de mercado de ações; taxa de juros de contratos de swap pré (de seis meses a um ano); taxa de câmbio nominal brasileira (Bacen); medida de volatilidade da política monetária (contratos de opções com futuro até 12 meses).
	Oliveira et al. (2015)	Avaliar em que medida o canal dos empréstimos bancários se tornou relevante na economia brasileira.	Utilizou dados mensais da década de 2000 e variáveis relevantes para o mercado de crédito, identificando curvas de oferta e de demanda por crédito, através do modelo vetorial de correção de erros (VECM).	Resultados sugerem a importância dos prazos e taxa de juros para a demanda por crédito. Para a oferta, a maior relevância ocorreu no volume de captação, apresentando juros na função de oferta superiores à função de demanda.	Taxa de inflação; taxa real de juros; renda média formal; e prazo.	
	Evangelista e Araujo (2018)	Investigar evidências empíricas a respeito da eficácia do crédito como canal de transmissão da política monetária no Brasil.	Foram estimados diferentes modelos de VAR, analisadas as funções impulso-resposta e a decomposição da variação de erros. Análise feita considerando os anos de 2002 a 2012. A identificação da demanda e oferta ocorreu por meio de choques no volume real de	Resultados indicam a existência do canal do crédito bancário e que a demanda não afeta contemporaneamente a oferta de crédito, mas a oferta de crédito afeta contemporaneamente a demanda de crédito.	Para a PJ: produção industrial; inflação; Selic; juros PJ; saldo dos créditos PJ.	

			crédito e na taxa de juros de mercado.			
	Reginato et al. (2020)	Analisar os principais determinantes da concessão de crédito bancário ao setor privado no Brasil, independentemente de serem tidos como de oferta ou de demanda.	Adotada metodologia de séries temporais, sendo estimado modelo VAR, bem como os impulsos de resposta, para o período de 2000 a 2016.	Principais achados apontam para a influência positiva do PIB e do crédito defasado sobre o volume de operações de crédito. Depósitos, inflação, juros e risco Brasil impactam negativamente.	Risco país (EMBI Brasil); depósito bancário; inflação; PIB; Selic (taxa de juros); FED; crédito; inflação (IPCA). Determinantes com as maiores parcelas foram o PIB e o depósito bancário.	
MPE CRÉDITO	Mora (2015)	Discutir como se deu o processo de crédito e o que motivou a diversificação do portfólio do sistema financeiro nacional.	Examinou o aumento do crédito a PF e a PJ e abordou a resposta do governo brasileiro à crise econômica internacional no âmbito do crédito.	Concluiu que, com contexto macroeconômico favorável, mudanças na legislação com repercussão sobre o crédito pessoal, aquisição de bens e financiamento de empresas, assim como inovações financeiras introduzidas nos contratos de financiamento a PJ, contribuíram para explicar o aumento da oferta de crédito com recursos livres, entre 2004 e 2008. Já de 2009 a 2010, a ação do governo em aumentar os financiamentos, tanto com recursos livres como direcionados para amenizar os efeitos da crise de 2008, foi o que possibilitou compreender o comportamento do crédito.		

	Drago, Moura et al. (2016)	Compreender como a crise econômica mundial de 2008 impactou na mudança de comportamento das instituições bancárias brasileiras em relação ao crédito para as MPEs.	Foi realizada pesquisa bibliográfica utilizando as bases <i>Web Of Science</i> e <i>Scielo</i> , analisando publicações divulgadas entre os anos de 2007 e 2015.	Demonstra a dependência das MPEs relativa aos bancos, que, em função da desaceleração da economia e aumento do risco de inadimplência, impuseram barreiras para o acesso ao crédito, gerando retração, estagnação e até a falência da MPEs.		
	Canuto (2002)	Abordar as razões da escassez e dos custos elevados do financiamento para as pequenas e médias empresas, e apresentar outros instrumentos para ampliar e diversificar os canais do acesso ao crédito.	Revisão das principais publicações, bem como relatório elaborado por grupo de trabalho do Sebrae em 2002. Foco nas pequenas e médias empresas.	Constatou-se que há três níveis principais de determinantes. Na dimensão macroeconômica, os depósitos compulsórios, a taxa básica de juros e atratividade dos títulos da dívida pública encarecem e estrangulam o total de crédito. Na dimensão microeconômica horizontal, a inadimplência, o poder dos ofertantes, os custos administrativos da intermediação bancária e avaliação de riscos aumentam os custos. Na dimensão microeconômica específica às MPEs, há a exigência de adaptação das instituições e instrumentos às necessidades das empresas.		

	Morais (2006)	Analisar as condições de acesso das pequenas empresas ao crédito bancário, especificamente nas condições do segmento, as quais dificultam ou impõe barreiras. Também estimar o percentual do volume total de crédito destinado ao segmento nos setores da indústria, comércio e serviços.	Levantamento primário de informações requeridas diretamente junto aos bancos. Foram selecionados os 10 maiores bancos em valor global de operações de crédito no mercado de varejo.	Constatou-se como principais dificultadores ao acesso ao crédito para as pequenas empresas: assimetria de informações e utilização de modelo de <i>credit scoring</i> , por dificuldade de acesso a informações de qualidade sobre as pequenas empresas, custos elevados com recuperação das garantias e maiores riscos de crédito.		
MPE	Flores et al. (2018)	Identificar e analisar as características, o comportamento de crédito e o planejamento financeiro nas micro e pequenas empresas de Santana do Livramento - RS.	Foi realizada pesquisa descritiva com a utilização de questionário estruturado, aplicado a 100 micro e pequenas empresas do município.	Resultados demonstram que a maioria dos empresários já adquiriu algum tipo de crédito financeiro, a maioria para investimento de curto prazo, e compra de insumos produtivos. Preferem a utilização de capital próprio e comparam taxas de diferentes instituições.		
	Nogueira e Oliveira (2013)	Visa debater os principais aspectos que caracterizam o universo das MPEs no Brasil.	Análise das políticas de indução e suporte às MPEs, examinando critérios de enquadramento, precariedade dos dados sobre o segmento, produtividade e sobrevivência.	Como resultado principal, os autores apresentam, como raiz da maioria das dificuldades, a classificação inadequada das MPEs para inclusão em programas de incentivo e questões fiscais, considerando que as empresas se diferem em muito, comparando, inclusive, com a classificação dos mamíferos, que podem ser desde ornitorrincos a baleias.		

	Costa e Leandro (2016)	Apresentar o atual cenário das MPEs no Brasil após a criação do Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Lei 123/2016.	Realizada pesquisa descritiva com levantamento e análise de dados secundários e documentais.	Constatou que a criação do estatuto diminuiu as barreiras de criação das micro e pequenas empresas, estimulou o desenvolvimento da economia e a dedução da informalidade.	
MPE GARANTIAS	Zica e Martins (2008)	Objetiva analisar os mecanismos alternativos de garantias de crédito disponíveis no Brasil. Além de apresentar os principais indicadores na disponibilização de garantias às empresas e identificar quais suas contribuições no acesso ao crédito para as MPEs.	Utilizou-se revisão teórica com os eixos temáticos, o cenário das MPEs, o panorama de crédito, as dificuldades na obtenção de recursos e os mecanismos garantidores do crédito. Também foram realizados múltiplos estudos de caso, além de estudos pormenorizados dos fundos de aval.	Constatou-se que, sem o aval complementar, a maioria dos financiamentos identificados no estudo não chegariam às MPEs.	
	Nitsch e Kraemer (2013)	Fornecer informações a respeito do sistema de garantias complementares de crédito para MPEs.	Utilizou-se como base a tese de doutorado de Dirk Kraemer (2013).	Concluiu que sistemas de garantia de crédito para pequenos negócios são comuns no mundo inteiro e que podem surgir como autoajuda, como instrumento de política pública ou como parceria público-privada. É muito importante para apoio aos empreendedores e nos momentos de crise para evitar a suspensão do crédito às MPEs.	
CONDIÇÕES CRÉDITO MPE	Wernke et al. (2017)	Identificar as principais características da captação de recursos para capital de giro das pequenas empresas da microrregião de Amurel (Santa Catarina).	Foi realizado levantamento de dados utilizando uma <i>survey</i> com abordagem quantitativa. Amostra de 299 empresas de pequeno porte sediadas na região. Realizada nos meses de abril a junho de 2016.	Como resultado, identificou-se que há intenção de evitar o crédito bancário, mas, quando ocorre, a preferência é por bancos comerciais. Motivos evidenciados para evitar o crédito bancário: altas taxas de juros, instabilidade econômica do país e incerteza quanto ao futuro da empresa.	

	Pimenta (2017)	Busca analisar o financiamento da necessidade de capital de giro (NCG) por fontes externas, para as MPEs de Ituiutaba (MG).	Aplicação de questionário para 120 MPEs do município, com posterior tabulação dos dados utilizando programa estatístico SPSS.	Como principal resultado, foi identificado que o prazo dos empréstimos (96,1%), a taxa de juros (94,7%), os limites de crédito disponíveis (46,1%) e a burocracia (44,7%) são os principais fatores quanto à tomada de decisão para financiamento de capital de giro.	
	Zica et al. (2008)	Apresentar um panorama geral sobre o crédito no país, além de quais os principais fatores de restrição do acesso ao crédito e demais serviços financeiros pelas MPEs.	Revisão das principais publicações, bem como relatórios do Bacen, Banco Interamericano de Desarrollo e Sebrae.	Constatou que as dificuldades na obtenção de crédito ocorrem principalmente em dois pilares: no alto custo financeiro e nas restrições de acesso ao crédito pelas MPEs. Constatou, também, que a demanda de crédito das MPEs não é totalmente atendida.	
	Matias (2009)	Busca auxiliar no entendimento das razões que sustentam os obstáculos que as MPEs portuguesas enfrentam no acesso ao financiamento externo.	Revisão teórica a respeito das assimetrias informacionais no financiamento das MPEs.	Concluiu que a maioria das dificuldades tem origem na vulnerabilidade financeira das MPEs e na fragilidade das informações que as empresas transmitem aos financiadores.	
	Aoki e Badalotti (2014)	Tem como objetivo analisar se as linhas de crédito públicas – Proger e BNDES/Finame – foram acessadas pelas microempresas no município de Chapeco (SC), e quais as dificuldades e perspectivas.	Realiza estudo exploratório descritivo com abordagem qualitativa, com aplicação de 99 questionários com perguntas abertas e fechadas aos responsáveis pelas empresas.	Constatou-se baixo índice de acesso com muitos dificultadores para a utilização e poucas perspectivas concretas de que essas linhas se constituam em políticas de inclusão social, que promovam o desenvolvimento da região.	

	Alfazema (2019)	<p>Analisar a reestruturação do sistema financeiro e seu impacto na concessão de crédito bancário às pequenas e médias empresas em Moçambique.</p>	<p>Foi efetuado debate conceitual e revisão de literatura para identificar as dificuldades das PMEs no acesso ao financiamento bancário. Foram utilizados os métodos hipotético-dedutivo e histórico-comparativo, auxiliados com as técnicas documental e revisão bibliográfica.</p>	<p>Resultado aponta para a falta de contabilidade organizada, insuficiência de garantias, reduzido poder negocial, fraca capacidade de gestão empresarial e debilidade na estruturação de planos de negócios como os principais desafios para as MPEs acenderem ao financiamento bancário.</p>	
	Correia (2018)	<p>Analisar as dificuldades de financiamento da MPEs em Portugal.</p>	<p>Realizado estudo tanto com a visão micro para explicar o comportamento das empresas, como com a visão macro com verificação das variáveis agregadas.</p>	<p>Identificou como principais dificuldades a fragilidade das informações disponibilizadas pelas empresas, a sobrecarga imposta pelos bancos com taxas de juros elevadas e garantias, além da falha no apoio do estado.</p>	
	Pezzi (2005)	<p>Analisar as condições de acesso ao crédito por parte das MPEs no Brasil, no período pós Plano Real.</p>	<p>Foram analisados dados quantitativos e qualitativos sobre as MPEs brasileiras disponíveis em instituições como o SEBRAE, o BNDES, entre outras fontes nacionais e estrangeiras. Os dados utilizados são relativos ao final dos anos 90 até o final do ano de 2004.</p>	<p>Verificou-se que existem fortes evidências de que as MPEs brasileiras foram racionadas no mercado de crédito, principalmente devido ao problema com a falta de informações confiáveis a seu respeito, e baixos níveis de garantias que podem oferecer. Também foi identificado que os bancos estatais ofereciam condições mais vantajosas do que as instituições privadas para o público das MPEs.</p>	